

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Bacar Baldé

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU:
Debatendo o seu papel no desenvolvimento das comunidades locais do país

São Carlos (SP), 2023

BACAR BALDÉ

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU:

Debatendo o seu papel no desenvolvimento das comunidades locais do país

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre (a) em Ciência Política.

Texto apresentado em 09 de 03 de 2023, sob o exame da seguinte banca:

Prof. Dr. Marcelo Coutinho Vargas – PPGPol/UFSCar
(Orientador)

Prof. Dra. Elisângela de Jesus Santos – Programa de Pós-Graduação
Em C. Sociais- UNESP, Araraquara

Prof. Dra. M^a do Socorro Braga – PPGPol/UFSCar

AGRADECIMENTOS

O momento é de agradecimentos; primeiramente a Deus, pela saúde e a dádiva vida, pela força que me move e me motiva a continuar no fortalecimento do meu percurso acadêmico. Agradeço a minha família pelo suporte, carinho e atenção que, mesmo de longe, nunca me deixou faltar afeto nem tampouco me sentir sozinho aonde quer que eu estivesse. Um agradecimento muito especial ao meu pai Sori Baldé, um homem que me inspira a ser um homem melhor a cada dia, seguindo os seus exemplos de vida, profissional e familiar. Agradeço aos meus irmãos, em especial Tchernô Baldé (Ntchú) pela parceria durante todo o meu percurso, por servir de apoio e de um ombro amigo nos momentos de desespero, principalmente no decorrer da pandemia de covid-19.

Aos meus colegas de curso de graduação em Sociologia na UNILAB (2014.1), aos colegas de PPGPol (2021), muito obrigado a Pedro Moura (colega) que nos momentos em que eu mais precisei de uma ajuda apareceu e me estendeu a mão minha gratidão. Agradeço também a Nayara pela atenção durante o meu segundo semestre no programa e por se oferecer a ler o meu projeto e tecer comentários extraordinários, todos os comentários feitos eram necessários e tiveram uma grande importância no rumo que o trabalho seguiu. Aproveitando para estender os agradecimentos à professora Dr^a Maria do Socorro Sousa Braga, pelas maravilhosas aulas de política brasileira e a dinâmica de debate que nos proporcionou durante o primeiro semestre. Ao professor Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade pelas sugestões feitas durante a classificação do projeto. Agradeço a todos os professores (as) do programa (PPGPol) e à CAPES pela bolsa que foi fundamental na minha manutenção durante este percurso.

Por fim, agradecer de uma forma muito especial o meu professor e orientador Dr. Marcelo Coutinho Vargas que, desde a indicação de orientador, se mostrou disponível em colaborar para a realização deste trabalho. Agradeço-lhe as incansáveis e brilhantes considerações que acompanhavam os meus textos revisados, assim como sua atenção, paciência e carinho. Muito obrigado!

“A liberdade é o direito de fazer o próprio dever.”

Auguste Comte

RESUMO

O atual cenário político guineense nos convida a retomar um debate sobre a democracia e o papel que a sociedade civil desempenha no país. O trabalho buscou analisar o contexto atual através de um estudo descritivo interdisciplinar abordando a atual situação do país e os sucessivos golpes de estado como entraves para o desenvolvimento socioeconômico e político-institucional. Com o foco principal em debater o papel da sociedade civil guineense. Busco enquadrar este tema por meio da discussão das principais teorias “clássicas” a respeito do **Estado** moderno, da **Democracia** e da **Sociedade Civil**, confrontadas com o aporte teórico de alguns autores contemporâneos. A partir do debate envolvido nestas teorias foram feitas análises baseadas na própria realidade guineense. Essas análises nos permitiram chegar a certas considerações sobre o andamento, tanto da democracia, quanto da sociedade civil e sua relação com o Estado na Guiné-Bissau. Após a análise da atual conjuntura política e de confrontação com os teóricos que já abordaram temas semelhantes em momentos diferentes, percebeu-se que a sociedade civil guineense não abrange apenas entidades formais de grupos de interesse organizados, mas também ampla diversidade de formas tradicionais de cooperação social nas diferentes comunidades étnicas existentes no país. Considera-se que seria possível e desejável que o estado guineense promovesse a valorização e eventual adequação das práticas de resolução de conflitos de algumas etnias (Balanta e Mandinga) para mobilizar e engajar essas comunidades em projetos de desenvolvimento local. Por fim, concluiu-se também que o caráter ainda precário e instável da democracia na Guiné-Bissau limita a atuação das OSC, afastando a possibilidade de que possam atingir as suas metas e implementar os seus projetos, geralmente interrompidos quando ocorre um golpe ou se derruba um governo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Democracia; sociedade civil; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

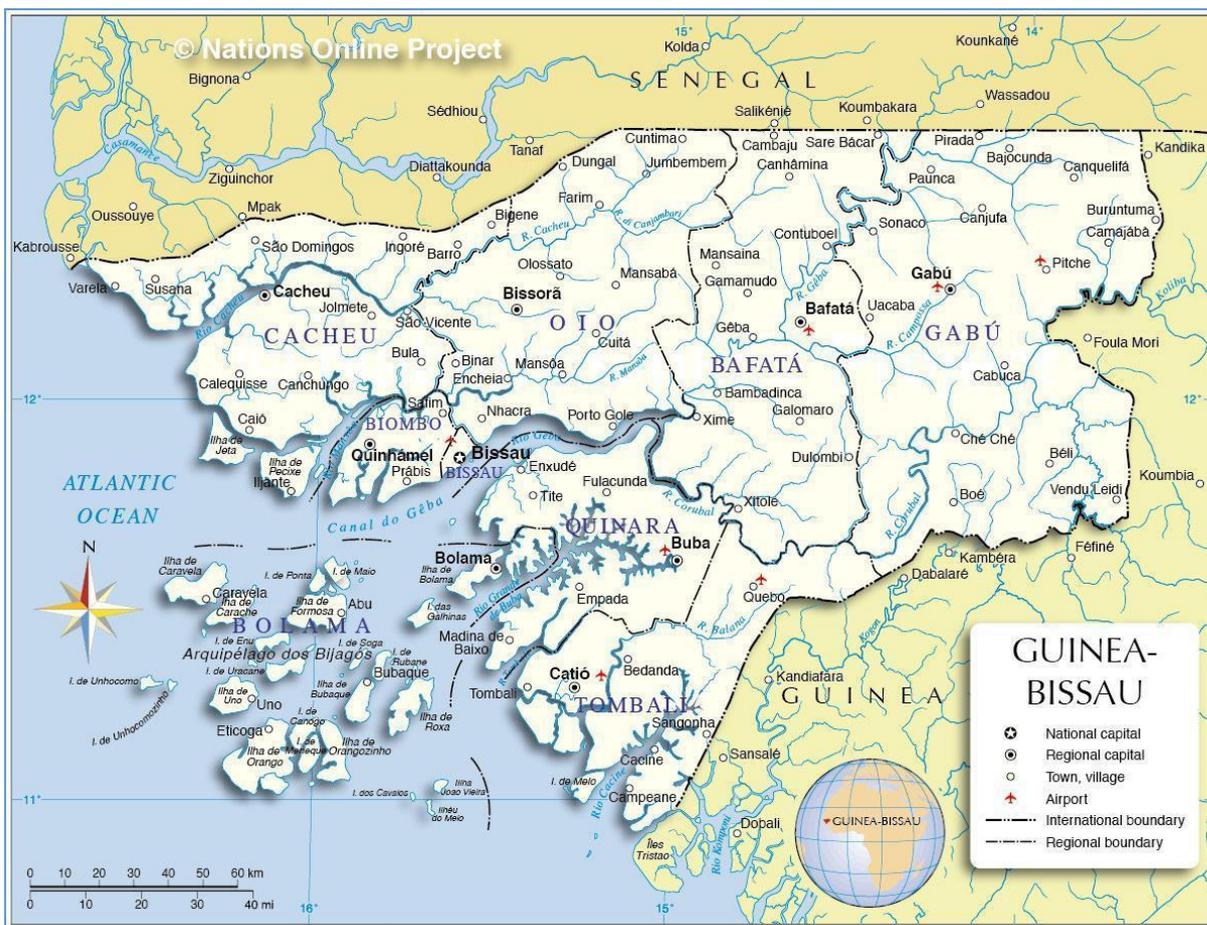
The current Guinean political scenario invites us to resume a debate on democracy and the role that civil society plays in the country. The work sought to analyze the current context through an interdisciplinary descriptive study addressing the current situation in the country and the successive coups d'état as obstacles to socioeconomic and political-institutional development. With the main focus on debating the role of Guinean civil society. I seek to frame this theme through the discussion of the main "classical" theories about the modern State, Democracy and Civil Society, confronted with the theoretical contribution of some contemporary authors. From the debate involved in these theories, analyzes were made based on the Guinean reality itself. These analyzes allowed us to arrive at certain considerations about the progress of both democracy and civil society and its relationship with the State in Guinea-Bissau. After analyzing the current political situation and confronting theorists who have already addressed similar issues at different times, it was noticed that Guinean civil society does not only cover formal entities of organized interest groups, but also a wide variety of traditional forms of social cooperation in the different ethnic communities existing in the country. It is considered that it would be possible and desirable for the Guinean state to promote the appreciation and eventual adaptation of conflict resolution practices of some ethnic groups (Balanta and Mandinga) to mobilize and engage these communities in local development projects. Finally, it was also concluded that the still precarious and unstable character of democracy in Guinea-Bissau limits the performance of CSOs, removing the possibility that they can achieve their objectives and implement their projects, usually interrupted when a coup occurs or if overthrow a government.

KEYWORDS: State; Democracy; civil society; Guinea Bissau.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGUIBEF - Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AMIC – Associação Amigo de Crianças
ANP - Assembleia Nacional Popular
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CNE – Comissão Nacional das eleições
ICAP – Igreja de Cristo para Agricultura
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos
INE-Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau
JAC – Juventude Amílcar Cabra
ONGs- Organizações Não Governamentais
PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
PAM – Programa Alimentar Mundial
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS – Partido da Renovação Social
SOLIDAMI - Instituto Nacional de Coordenação da Ajuda não Governamental
UDEMU - União Democrata das Mulheres
UNTG - União Nacional dos Trabalhadores Guineense

FIGURA 1 - MAPA DE GUINÉ-BISSAU



Fonte: Nations Online Project.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	12
1.2	DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.2.1	OBJETIVO GERAL	14
1.3	MÉTODOS/DESENHO DOS INSTRUMENTOS	14
2	ESTADO-NAÇÃO E A DEMOCRACIA	17
2.1	A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU	21
2.2	DO REGIME DO PARTIDO ÚNICO À DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU	31
3	SOCIEDADE CIVIL	39
3.1	SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE	44
4	AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)	54
4.1	AS ONGS NA GUINÉ-BISSAU	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXO I	66

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo debate a relação sociedade civil e Estado na Guiné-Bissau. Entender a participação da sociedade civil no país e das dinâmicas de participação cidadã pelos grupos tradicionais com práticas seculares como é o caso das *mandjuandades* e dos *djidius*. Com isso, buscamos teorias que conseguissem abarcar as diferentes formas de se organizar na sociedade guineense. Como sendo um estudo científico, buscamos também compreender em que moldes essas organizações poderiam ser consideradas de Organizações de Sociedade civil.

Se as organizações tradicionais guineenses fossem analisadas a partir da realidade do ocidente elas não se configurariam como Organizações da Sociedade Civil, mas foi preciso um debate entre ambas as teorias da sociedade civil, tanto a teoria gramsciana e quanto as contribuições do Bobbio para um confronto com o conceito de sociedade civil apresentado pelo Teixeira (2009) sobre sociedade civil na Guiné-Bissau. Portanto, foi necessário situar ao leitor a realidade socioeconômico do país desde a época das lutas de libertação nacional (independência) até o implemento da democracia no país, para, posteriormente entrar no debate.

A Guiné-Bissau é um país em constantes conflitos políticos. Um país pequeno, situado na Costa Ocidental da África, com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes; um país multiétnico, uma ex-colônia portuguesa que foi dominada e explorada durante mais de quatro séculos, mas que teve seu povo lutando por sua independência ao longo de 11 anos até obter a expulsão dos colonizadores portugueses para se tornar um Estado independente em 1973. Atualmente a Guiné-Bissau ocupa a 47ª posição no ranking do PIB e a 44ª em extensão territorial no âmbito dos 54 países do continente africano.

De acordo com Monteiro (2019), esse país integra cerca de 40 ilhas que compõem o arquipélago dos bijagós que é separado do continente pelos canais de Geba nomeadamente: Bolama e Canhabaque. A autora ainda conta que as regiões que constituem o território nacional são: Bolama, Bafatá, Cacheu, Biombo, Oio, Quinara e Tombali.

O país tem um clima quente e úmido, bastante favorável às práticas agrícola e pecuária, que constituem a principal atividade de subsistência dos nativos. Ainda de

acordo com os dados estatísticos do ano de 2009, 51,6% do total da população guineense é composta por mulheres e 48,4% por homens.

Contando com aproximadamente 30 grupos étnicos, o país apresenta ampla riqueza e diversidade étnico-cultural. Segundo os dados do governo do país, dentre esses grupos étnicos, a maioria pertence a etnia *fula* com 28,5% da população, seguida dos *Balantas* com 22,5% e *Mandingas* com 14,7% da população. A etnia *Pepel* conta com 9,1%, já os *Mandjaco* com 8,3%. Outras etnias como *Saraculés*, *Nalú* e *Sussu* correspondem a uma proporção abaixo de 1% da população e 15,9 % indefinido.

O país aderiu ao regime democrático logo no começo da década de 1990 após um longo período sob governação de um *regime único* (1973-1994), liderado pelo então chamado *partido libertador*, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). De 1973-1980 o país foi liderado pelo Luís Cabral (Primeiro presidente do país), afastado no poder por um golpe de estado.

Depois das primeiras eleições livres realizadas no país em 1994 passaram-se apenas 4 anos para os guineenses vivenciarem uma outra guerra depois da luta de libertação nacional. O país entrou em um *conflito político e militar* que durou 11 meses de junho de 1998 à maio de 1999, conhecido como a guerra de 07 de junho, que culminaria com a deposição do presidente da república João Bernardo Vieira (mais conhecido como Nino Vieira) pela junta militar. Essa junta militar manteve o controle do país, embora o Presidente da Assembleia Nacional (ANP) tenha assumido o cargo o país estava fortemente dominado pela junta militar, um ano depois devolveu o poder aos políticos civis com a realização de novas eleições no país. Estas eleições foram realizadas no ano de 1999 que culminou com a eleição do candidato apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS), Koumba Yalá, este seria eleito Presidente de República e tomou posse em 17 de fevereiro do ano 2000 e pouco tempo depois em 14 de setembro de 2003 foi afastado do poder através de um golpe militar.

O surgimento das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau vinha sendo discutido intermitentemente. Este assunto ressurgiu e se tornou mais forte pelos graves problemas que o país enfrenta, especificamente no tocante à classe política, cujas disputas e interesses acabam afetando os demais setores e as possibilidades de desenvolvimento do país. Portanto, com o passar dos tempos e com a derrubada de sucessivos governos, a sociedade civil guineense tem se erguido em

prol da resolução colaborativa dos seus problemas, dada a incapacidade e falta de responsabilização dos diferentes governos para tratá-los como prioridade.

As organizações da Sociedade civil no país têm atuado em áreas prioritárias que seriam da responsabilidade do Estado. Mas, obviamente, com os seus recursos limitados e baixa capilaridade, acabam não garantindo, por si mesmas, avanços significativos no que diz respeito a garantir padrões mínimos de educação e saúde de qualidade para a maioria da população.

O trabalho está estruturado em três eixos. No primeiro, buscou-se definir o conceito de Estado numa perspectiva local, descrevendo o surgimento do Estado guineense e suas particularidades em comparação com outros países africanos que passaram pela colonização portuguesa, como no caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No segundo eixo, discute-se as diferentes visões sobre o que é a democracia, trazendo olhares distintos de diferentes autores como Habermas, Bobbio, Schumpeter e Dahl, entre outros, que vão se debruçar sobre a teoria democrática, visando enquadrar o debate sobre este regime ou forma de governo na realidade guineense; ou seja, partindo das ideias desses autores, buscou-se definir a democracia no contexto da realidade socioeconômica, política e cultural do país.

No terceiro eixo, buscou-se caracterizar o modelo da sociedade civil guineense, no intuito de compreender em qual conceito ou teoria da sociedade civil tal modelo poderia se encaixar, i.e., qual seria a abordagem teórico-conceitual mais adequada para analisar a formação e a dinâmica “tecido associativo” da Guiné Bissau.

Buscamos compreender e/ou traçar uma linha entre o que seria a sociedade civil e o que seriam as ONGs, partindo da realidade guineense. Trazendo para o leitor o surgimento das diferentes organizações, tanto as tradicionais locais, quanto as demais que vieram a surgir com a implementação do regime democrático no país.

Desta forma, conceituar a democracia e o seu impacto na sociedade guineense, analisar alguns de seus efeitos no tocante ao desenvolvimento local, ou melhor, das comunidades rurais, descrever o surgimento das organizações da sociedade civil no país e como as ONGs surgiram com o advento do regime democrático são os principais objetivos deste trabalho abordados na primeira seção. Em seguida, almejamos também analisar características gerais dos principais projetos

desenvolvidos por essas organizações, assim como apresentar a visão dos próprios moradores de algumas comunidades representativas a respeito da atuação das ONGs nas suas respectivas localidades. Naturalmente, face ao contexto da pandemia de covid-19 e o tempo exíguo que resta para elaborar e defender a dissertação, não foi possível realizar uma pesquisa de campo para entrevistar as pessoas e levantar as informações desejadas *in loco*.

Portanto, foi preciso limitar o alcance de nossa pesquisa de mestrado e focá-la nas abordagens teóricas, no debate mais amplo entre os diferentes autores mencionados acima, e nos principais conceitos discutidos, buscando enquadrá-los e/ou adaptá-los à realidade guineense. Noutro momento, o tema da pesquisa aqui desenvolvida poderá ser aprofundado em uma tese de doutorado que venha a beneficiar-se do confronto entre a discussão teórica e o levantamento e análise de informações primárias via trabalho de campo, permitindo conclusões mais robustas sobre o tema do papel da sociedade civil no desenvolvimento das comunidades rurais na Guiné Bissau.

1.1 Justificativa

O interesse por esse tema de pesquisa começou na Guiné-Bissau. Participava de algumas reuniões nas associações do meu bairro, bem como nos trabalhos voluntários desenvolvidos nesse bairro, o que permitiu o meu contato com os membros e responsáveis dessas organizações. Além disso, meu pai trabalha com organizações não governamentais há mais de vinte anos, e tive a oportunidade de ajudá-lo a digitalizar os relatórios e atas de reuniões da sua organização, algo que me deixou mais familiarizado com a questão.

Anos depois, já cursando o terceiro trimestre da minha graduação em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no decorrer da disciplina Sociologia I, discutimos questões políticas e sociais de diferentes países, incluindo o Brasil e alguns países da África. Também abordamos questões que nos estimulavam a pensar na relação entre o aparelho do Estado e a sociedade civil e a fazer uma leitura crítica da literatura sobre esse assunto. Foi daí que comecei a pensar em desenvolver um estudo direcionado

à sociedade civil guineense o qual poderia servir de base para futuros trabalhos sobre o tema na Guiné-Bissau.

Dei início a esta pesquisa no semestre final do meu curso na UNILAB¹, ao preparar meu trabalho de conclusão do curso sobre este tema, resultando em um projeto de pesquisa que posteriormente seria tratado na segunda etapa da minha formação na mesma instituição (licenciatura em sociologia), quando focalizei o papel da sociedade civil na educação. Com o intuito de dar mais ênfase a esse tema, ainda pouco pesquisado no meu país, ingressei com o mesmo projeto para o mestrado.

Devido à carência em encontrar matérias que abordam questões relacionadas à sociedade civil na Guiné-Bissau, as dificuldades que os moradores rurais passam e a forma como as ONGs atuam nesses lugares, percebi a necessidade de fazer uma pesquisa nessa área que pudesse interessar a outros estudiosos guineenses ou não.

Sendo um assunto pouco pesquisado na área acadêmica guineense, percebi que não poderia falar da sociedade civil sem destacar o papel da mesma no desenvolvimento de cada país. Por isso, mais tarde, com a disciplina sociologia II, lendo autores desde os clássicos até os mais recentes, constatei várias formas de atuação da sociedade civil, dependendo de campos de atuação.

Procurei com isso compreender sempre como a sociedade civil pode se associar ao Estado e à gestão pública, aproveitando-se das oportunidades de sinergia; ou seja, tenho buscado responder às seguintes questões: Quais seriam as relações mais adequadas da sociedade civil com o Estado? Como se poderia promover uma articulação proveitosa entre estas duas esferas distintas? Qual poderia ser o papel mais geral desempenhado pela sociedade civil no desenvolvimento do país? E, acima de tudo, procurei questionar, como a democracia poderia abrir portas para que a sociedade civil se torne mais inclusiva no cenário guineense?

Portanto, influenciado pela minha trajetória pessoal e pelo percurso acadêmico descrito acima, escolhi estudar esse tema na esperança de alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre as relações fundamentais entre a sociedade civil, Estado e os moradores das comunidades rurais na Guiné-Bissau. Contudo, sem perder a essência das formas tradicionais da sociedade civil guineense em termos

¹ A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. Disponível em <https://unilab.edu.br/institucional-2/> acesso 01/08/2022.

organizacionais como no caso de grupos de: *mandjuandades*, *bideiras*, *djidius* e outras formas de se organizar guineense que, por motivos do alcance da pesquisa não constituíram uma preocupação neste estudo.

1.2 Dos objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o papel potencial das organizações não governamentais no processo de desenvolvimento das comunidades rurais na Guiné-Bissau, no contexto de frágil democratização do país, buscando responder às perguntas formuladas acima.

1.3 Métodos/desenho dos instrumentos

A metodologia escolhida para a execução deste neste trabalho, inicialmente, foi de um levantamento bibliográfico preliminar sobre artigos, livros e trabalhos acadêmicos que abordassem a questão do desenvolvimento local de comunidades, em geral, e também que descrevessem e analisassem o papel das organizações da sociedade civil neste processo, especialmente na Guiné-Bissau. Para isso, foi preciso um estudo multidisciplinar para dar conta a esse trabalho.

Naturalmente, considerando os custos e as limitações de tempo do mestrado, como também as restrições sanitárias impostas pela pandemia de covid-19, condições que impediram a realização de uma pesquisa de campo *in loco*, buscamos levantar a documentação oficial e os dados secundários relacionados ao problema investigado por meio de buscas na internet baseadas em palavras chaves relacionadas ao tema, como “república/governo/administração Guiné Bissau”, “ONGs”, “comunidades rurais”, “sociedade civil”, “desenvolvimento local”, entre outras.

Não sendo possível, nas condições acima, e no prazo do mestrado, realizar uma pesquisa de campo sobre a atuação das ONGs no desenvolvimento social das comunidades rurais do meu país, a abordagem adotada neste projeto teve de optar por estratégias metodológicas e técnicas de pesquisa qualitativa mais modestas, reduzindo suas expectativas de resultados.

Ao invés de um estudo de caso aprofundado, me propus a realizar aqui um estudo exploratório do tema, analisando a percepção de alguns atores chave sobre os problemas envolvidos, o qual poderá vir a ser ampliado e desenvolvido futuramente, mediante pesquisa de campo prolongada realizada no âmbito de uma tese de doutorado.

O material coletado na pesquisa compreende informações sobre o surgimento das organizações de sociedade civil guineense, os obstáculos enfrentados desde a época colonial até ao momento de adesão a democracia na Guiné-Bissau. A análise dos dados primários e secundários levantados na internet foi confrontada com informações e percepções obtidas através das leituras sobre o tema proposto. Com isso, concluiu-se que, na Guiné-Bissau, as organizações da sociedade civil se sentem na responsabilidade de participar no processo do desenvolvimento do país, mesmo nas condições que o país se encontra, elas ainda buscam manter essa relação entre o Estado e a sociedade civil.

Na Guiné-Bissau, o surgimento das ONGs não teve um acompanhamento como aconteceu em outros países africanos (PALOP) e até mesmo no Brasil. Buscamos mostrar como esse processo ocorreu no Brasil e na Guiné-Bissau, mas sem desviar do foco principal, apenas mostrar que foram processos diferentes, mesmo tendo acontecido na mesma época (Redemocratização na América Latina e abertura democrática nos países africanos), aqui nos referimos aos finais da década de 1980 para o início da década de 1990. Portanto, não é um estudo comparativo entre Brasil e Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau existe práticas tradicionais seculares que podem ser agregados ao sistema administrativo do Estado, há um potencial nos grupos étnicos, tanto na resolução de conflitos e quanto na mobilização e participação cívica no país. As entidades tradicionais do país sempre respeitaram o poder estatal e buscam sempre manter essa relação através dos régulos e como também de associações de moradores, tanto das comunidades rurais e quanto das zonas urbanas que participam dos trabalhos voluntários em prol de suas comunidades.

As mandjuandades preservam a essência da Guinendadi (ser guineense), são grupos fortes e que abarcam um conjunto de práticas solidárias, desde as abotas até nas cotizações quando um membro do grupo necessita de uma ajuda financeira. A abota ajuda a movimentar a economia “não formal” no país.

O estado da democracia na Guiné-Bissau é instável, em todos os requisitos necessários de avaliação de um regime democrático o país apresenta dificuldades. Portanto, existe uma necessidade urgente em consolidar, primeiro as instituições que são responsáveis pela garantia dos direitos civis e públicos dos cidadãos e abrir mais espaços de debate sobre a democracia no país.

2 ESTADO-NAÇÃO E A DEMOCRACIA

Para este capítulo, escolhemos a definição weberiana de Estado como ponto de partida e, subsequentemente, outros autores poderão se juntar a ele nesse debate sobre o conceito de estado, buscando assim, testar a mesma teoria na realidade guineense, compreender os diferentes estágios para a criação e consolidação de um Estado-Nação que sofreu o domínio colonial português por quase cinco séculos até se tornar independente, neste caso, a República da Guiné-Bissau.

Para definir o conceito de Estado num país como a Guiné-Bissau foi necessário levarmos em conta a aparato social e cultural do país, as práticas tradicionais local e a relação da convivência dos diferentes povos unidos por uma causa *guinendadi* (ser guineense). Busco entender como foi possível implementar a ideia de nação num país de várias nações (diferentes etnias, cada uma com práticas diferentes) e, conseqüentemente compreender como se deu este processo de democratização no país.

Portanto, a concepção weberiana de Estado nos remete a um Estado que, segundo o autor:

É uma associação com base territorial, composta de conjunto de instituições e de relações sociais (em sua maioria sancionadas e apoiadas pelo sistema legal desse estado) que normalmente permeiam e controlam o território e os habitantes que esse conjunto delimita. Essas instituições têm o monopólio na autorização legítima do uso de coerção física e normalmente tem, como último recurso para efetivar as decisões que tomam, supremacia no controle dos meios de coerção sobre a população e o território que o estado delimita (WEBER, 1978 [1925] *apud* O'DONNELL, 2010).

Seguindo essa mesma linha de pensamento weberiano, podemos perceber que o estado também busca efetivar esse monopólio de diferentes maneiras, controlando seu território e a todos que nele se encontram. Para isso, uma das possibilidades descritas por Giddens como a forma mais eficaz que o estado tem para a efetivação da vigilância é a atuação de uma variedade de funcionários (técnico-administrativos), pois esses são os responsáveis pela realização das tarefas no que diz respeito ao domínio público. No entanto, esse poder de estado é associado diretamente à burocracia, logo, o poder atribuído a esses funcionários passa a ser um poder burocrático (GIDDENS, 2008 *apud* FERREIRA, 2013).

Mané (2014) chama atenção aos percalços que têm sido encontrados desde a implementação do estado moderno, e aponta como um dos motivos para a existência

destes obstáculos a não adaptação ou adequação às realidades locais em termos socioculturais. Portanto, as potências coloniais tentaram submeter todos os povos colonizados a um mesmo modelo de estado, monopolizando os instrumentos relacionados com o exercício do poder estatal.

No caso específico da Guiné-Bissau, existem espaços territoriais extensos onde essa imposição não vingou, seja por insuficiência de meios de coação, seja por falta de interesse. A tolerância a esses espaços não existiu somente depois da criação do estado independente, mas também desde a época colonial. Para o referido autor, o estado colonial, ou melhor, metrópole colonizadora, já usava as autoridades tradicionais para os seus fins, aproveitando o poder dos líderes e chefes/régulos para se imporem contra a vontade do povo nestas localidades. Essa estratégia era usada geralmente nas comunidades onde os colonizadores deparavam com resistências. Assim, segundo Mané, “a mesma situação foi usada no Estado pós-colonial, embora com algumas variações, não por falta de interesse, mas sobretudo por falta de meios, quer humanos, quer materiais para monopolizar, pelo menos, o uso da violência” (MANÉ, 2014).

Os colonizadores portugueses ao perceberem o tamanho do poder que os chefes das etnias (régulos ou chefes de tabanca) possuíam perante as sociedades, eles buscaram tirar o proveito desse poder, aproximando-se dos régulos, criando “laços de cooperações”. Ora entregando presentes (espelhos, tabaco e etc.) para os chefes e como também recebiam dos chefes outros presentes em troca.

Giddens (2008), assinala que

Em suas diferentes áreas de conhecimento, a ciência, na medida em que tem a tarefa de produzir informações que possam ser utilizadas com fins administrativos, também contribui para o monitoramento reflexivo do sistema social realizado pelo Estado. Como exemplos, pode se referir às estatísticas oficiais utilizadas pelo governo para planejar ações e monitorar resultados, bem como aos conhecimentos antropológicos que, por meio de relatos etnográficos, têm contribuído para a instrução dos processos de nomeação e classificação dos objetos das políticas públicas da tradição. No entanto, convém ressaltar que as ciências não tratam apenas de um "dado universo de objetos e eventos sociais, elas são constitutivas disso" (Giddens, 2008: 202). Assim, incrementam tanto o poder administrativo quanto o poder simbólico do Estado que, ao nomear, cria os objetos de políticas públicas (GIDDENS, 2008 *apud* FERREIRA, 2013).

Esta passagem do Giddens torna-se, pelo estudo aqui proposto, interessante, pois à medida em que o estado tem sob seu comando todas as informações sobre

seu território e dos que nele se habitam, conhecendo as realidades de cada região, fica mais viável a realização das políticas públicas.

Na mesma linha de definição, pode-se pensar um estado como entidade macro, isto é, levando em consideração a política exterior, ou seja, no contexto internacional enquanto membro das comunidades internacionais como a organização das nações unidas (ONU), União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)², e demais entidades. O que os estados fazem seria semelhante ao papel exercido pelas organizações da sociedade civil no plano micro, ou seja, essas organizações da sociedade civil funcionariam de maneira complementar ou sinérgica em relação ao Estado, focando-se na implementação das políticas públicas numa determinada área, região ou setor onde atuam.

De acordo com Monteiro (2013), definir o conceito nação pode ser uma tarefa difícil, tendo em conta a vasta diversidade de definições que norteiam a literatura sobre o tema. A autora leva em consideração as agitações e inconstâncias que as nações têm enfrentado na contemporaneidade. Para Monteiro (2013), mesmo com as dificuldades na definição do conceito nação, existe ainda a possibilidade de alinhar alguns aspetos que vão permitir uma melhor compreensão, tanto para a definição do conceito de nação, quanto com relação aos elementos que o compõem enquanto tal, na contemporaneidade. Como destacado por Monteiro (2013),

Alguns autores definem a nação com foco no pertencimento, outros enfatizam uma relação com a gênese do Estado colonial. Por essa via, a ideia de nação traz no seu bojo, de um lado, o reconhecimento constituído pelas narrativas de lealdade; e, de outro, o aspecto histórico, uma ligação por meio de eventos simbolizados na conquista dos ideais comuns, como a independência no caso das metrópoles (MONTEIRO, 2013).

A autora se preocupava em encontrar uma forma de problematizar a complexidade da relação que existe entre Estado e Nação, desta forma, ela observa que, o conceito de nação é uma “construção específica e que sua configuração depende dos contextos históricos, culturais, sociais e econômicos de cada sociedade, impactando na experiência política” (MONTEIRO, 2013). Portanto, em países como a Guiné-Bissau e demais países africanos, a obra de Monteiro torna-se fundamental para a compreensão do tema, não só por se tratar de uma autora guineense, mas por propor um modelo de definição de Estado-Nação que englobe as complexidades que

² Os países que compõem a UEMOA são: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

existem na Guiné-Bissau em termos de diversidades étnicas. Desta forma, qualquer definição de estado ou nação, que não tenha englobado essas características dificultaria na compreensão da criação de Estado guineense enquanto nação.

A Guiné-Bissau se configura em todas as partes, ora por pertencimento ou por se tratar também de uma ex-colônia. Neste caso, o quesito independência reforça ainda mais a ideia de nação, ainda mais no contexto histórico do povo guineense, nos momentos antes e após a independência, pois esse sentimento de nação ajudou, tanto na independência, quanto no processo de consolidação de Estado guineense enquanto Estado-Nação. Isto é, independentemente das etnias existentes no país, e da diversidade de cada grupo, existe algo (o território nacional, as festividades nacionais, as eleições, etc.) que os torna um só povo a *Guinendadi*³.

Como apontado por Mané (2014), existiram dificuldades na delimitação territorial do espaço controlado pelos portugueses desde a sua chegada, sobretudo na divisão destes espaços entre Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conakry pelos colonizadores portugueses e franceses. Essas dificuldades acabam por gerar conflitos nas zonas fronteiriças entre Senegal (colonizado pelos franceses) e Guiné-Bissau. Para o autor, “essa indeterminação convinha às autoridades coloniais dos dois lados, por poderem alargar as suas colaborações na luta contra as resistências às ocupações”, especificamente na Guiné-Bissau e no Senegal (MANÉ, 2014).

É comum na Guiné-Bissau, segundo Mané (2014) encontrar delimitações territoriais sob nomes de *tchon* (equivalente a “chão” para português). E, partindo desse modelo de delimitação é que algumas localidades ganharam *status* de *tchon de Balanta*, *tchon de Mandinga*, etc. Para o autor, isso tem a ver com o sentido de pertencimento étnico dessas localidades, quando a maioria que habita um lugar pertence a uma etnia, logo se dá o nome a esse local de *tchon de* (Fula, Balanta, Mandinga etc.). Esse fato mostra que, nestas localidades, não se tinha somente uma etnia, “o que leva a pensar que cada *tchon* era propriedade exclusiva de um determinado grupo étnico”, mas também, que cada um destes grupos, “sem qualquer rivalidade, aplicava o sistema jurídico a todos os habitantes da localidade” (MANÉ, 2014).

Como visto, na passagem anterior, eram aplicadas apenas os ordenamentos jurídicos, e não a obrigatoriedade de assimilação ou de conversão de práticas

³ *Guinendadi*, na língua *criol* quer dizer ser guineense.

religiosas; ou seja, os indivíduos que se encontravam em minoria ou que se mudaram depois para esses lugares não precisavam mudar os seus costumes religiosos, mas sim, se adequar as normas jurídicas desse grupo étnico que formava a maioria e se constituía em *duno de tchon* (dono do território/chão). Mané ainda salienta ser muito importante:

[...] mencionar que os ditos tchons continham outras subdivisões internas, onde era habitual encontrar-se algumas autoridades mais ou menos autónomas (M'BOKOLO, 2007, I). No caso concreto do Sector de Bambadinca, antigamente conhecido como tchon de Mandinga, podemos encontrar dois regulados dentro dessa comunidade, o de Bassum e o de Badora (MANÉ, 2014).

Todos esses pontos levantados por Mané (2014) são fundamentais para a compreensão dos entraves que fazem com que, mesmo após a criação do Estado-Nação, o país continue enfrentando barreiras não apenas no desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente nacional, como também de uma cultura política democrática. Parece-nos que, neste grande debate sobre a criação de Estado-Nação, e o surgimento, desenvolvimento e consolidação da democracia, as correntes centrais da literatura política não levaram suficientemente em consideração os processos históricos e socioculturais do(s) povo(s) nos diferentes países, especialmente nas regiões colonizadas.

2.1 A implementação da democracia na Guiné-Bissau

Após o debate teórico sobre Estado e Democracia, aqui busco situar o leitor sobre a realidade democrática do país e como esse processo ocorreu. Como um país recém-independente e sob liderança de um partido-estado (PAIGC) conseguiu aderir a democracia? Quais foram os motivos da não continuidade do monopartidarismo?

A criação do Estado-Nação guineense, compreende estágios fundamentais, senão obrigatórios a conhecer para o melhor entendimento do leitor. Aqui nos referimos a forma como o país se afirmou enquanto Estado-Nação, como tem transitado por diferentes processos até se consolidar.

Definir o estado nacional guineense, envolve também um exercício tocante à convivência de *várias nações* num mesmo espaço geográfico. O que torna mais complexa essa definição é que não há uma única língua e/ou *cultura* que seja de todos os guineenses, pois cada povo vive à sua maneira, suas tradições e práticas culturais.

Mesmo que a língua *criol*⁴ seja uma língua de unidade nacional, ela ainda não abrange toda a população, ou seja: não é uma língua falada por todos, embora predomine nas zonas urbanas e seja a mais falada dentre todas as línguas e dialetos existentes no país. Quanto a língua portuguesa, embora seja língua oficial do país, ela é mais usual em situações formais e não no dia-a-dia dos guineenses.

Com isso, a definição do que seria considerado como um Estado nos países ex-colônias pode divergir da forma ocidental ou da própria teoria ocidental do que seria um Estado, sobretudo, nos países africanos. A ideia de Estado que surgiu na Europa, era inicialmente a de um Estado absoluto. Tratava-se de países com tamanho muito superior à Guiné-Bissau, onde a hegemonia imposta pelo Estado rapidamente vingou, quer na base da assimilação das práticas culturais ou na liquidação física dos que não se assimilavam as ordens estatais.

A mesma prática foi utilizada pelos colonizadores nos territórios que invadiram. No entanto, esta prática acabou criando uma separação entre os povos que já se encontravam ali, uma separação entre “civilizados” (os que se submeteram as práticas dos colonizadores ou se converteram ao cristianismo, frequentam as igrejas e tem os seus filhos nas escolas) e “não civilizados” (gentios, aqueles que não se submeteram as práticas impostas pelos colonizadores). No caso da Guiné-Bissau, e dos demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), podemos considerar três momentos que vão marcar a criação do Estado nesse conjunto de países: primeiramente, há o momento antes da chegada dos colonizadores; depois aquele da chegada dos colonizadores e, por fim, aquele que sucede à independência desses países.

Embora esse debate sobre a formação do Estado nacional se centralize mais nas questões das sociedades ocidentais, principalmente no tocante ao modelo de Estado implementado nos principais países que se configuram como “sociedades complexas”, no caso guineense, há que considerar a vasta diversidade étnico-cultural que precede à colonização e permanece depois dela, a exemplo do que ocorre em muitos outros países africanos.

⁴ O *criol* ou *criolo*, sendo compartilhado pelos diferentes povos e etnias do país, é certamente a língua mais falada entre os guineenses.

Esse fato ocorreu mais pela forma como foram feitas as divisões dos territórios na conferência de Berlim⁵, não levando em conta as diversidades étnicas de diferentes povos que habitavam esse continente, juntando todos a um só espaço geográfico, impondo desta maneira, leis, costumes e línguas diferentes por meio de uma política de assimilação para os povos africanos com intenção de uma conversão de identidade, com a justificativa de “civilizar” os africanos sob o cristianismo (MONTEIRO, 2013).

A diversidade cultural que se verifica no país não advém de uma vontade própria de convivência entre os povos que ali habitavam antes da chegada dos portugueses, mas sim, da imposição por parte dos portugueses. Esses diferentes grupos étnicos já se encontravam nesse território, mas viviam de forma separada por regiões; ou seja, cada grupo étnico vivia em uma região particular, formando uma comunidade e mantendo suas próprias tradições.

Ainda de acordo com Monteiro (2013), essa divisão arbitrária das fronteiras entre os países africanos decorrente da referida conferência, outrora revestida de “tratados diplomáticos”, criou uma separação dos povos locais sem que os acordos existentes (acordos entre os portugueses e os anciãos) fossem respeitados. Com isso, os colonizadores transformaram esses países nos chamados “Estados Clientes”, pois mesmo após sua independência, estes países se mantiveram encurralados e ainda dependentes de alguma forma dos colonizadores.

A igreja católica e os missionários tiveram uma presença histórica sobre o complexo processo que dá formação à sociedade guineense, tanto durante e quanto após a colonização. “Esses missionários agiam ora como agentes militares a serviço do Estado português, ora como agentes de Deus, a serviço da Igreja. (BERNARDO, 2016).

Monteiro (2013) ainda assinala que

Na Guiné-Bissau, as resistências tiveram características regionais e étnicas, devido à configuração social do país, sendo que cada grupo étnico pertence a uma terra. É neste sentido que os processos de resistência étnica foram desencadeados de forma regional por cada grupo étnico. Todavia, a divisão não se limitava ao espaço geográfico, mas também às tradições culturais destas etnias, ou seja, às formas de organização social e cultural de cada sociedade. É nesse cenário de divisão do espaço geográfico e étnico que as primeiras expedições portuguesas foram desencadeadas, a partir de 1886, e

⁵ A Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, reuniu 14 potências do século XIX para debater a ocupação do continente africano. Ver SILVA, Daniel Neves. "Conferência de Berlim"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm> Acesso em 01 de agosto de 2022.

findas em 1897, contra os Balantas, os Biafadas e os Oincas caracteristicamente identificados como habitantes do litoral do país. (MONTEIRO, 2013, p. 103).

Assim sendo, fica mais viável discutir o Estado “moderno”, tendo em conta que a Guiné-Bissau passou por esses estágios até se reerguer como um Estado autônomo, mas que, até agora, parece não encontrar caminhos para uma saída que ofereça, no mínimo, a estabilidade política e, conseqüentemente, garantir o mínimo para a sociedade guineense, no que diz respeito a educação e saúde de qualidade.

Até então, a preocupação não era tão somente com a criação do estado guineense, mas também de uma ideia de nação que conseguisse abarcar todas as diversidades sociocultural do país, onde as diversidades não serviriam com obstáculos para a convivência de diferentes etnias num mesmo espaço. Aqui cabe questionar também até que ponto a ideia de nação poderia ajudar ou atrapalhar o andamento da democracia no país.

Na Guiné-Bissau, a diversidade étnica nunca foi um obstáculo para os governos, em muitos casos, ajudaram os governos que passaram, pois as etnias tem suas lideranças e há casos em que se respeita mais os anciões das etnias do que a presença do estado em si. As ordens dos anciões/chefes e/ou régulos são levadas em consideração e o estado para fazer valer suas leis nesses territórios sempre contou com o apoio dos chefes das aldeias ou régulos quando se trata de um determinado grupo étnico. De lembrar que esta pratica não começou com o PAIGC, mas que também foi uma estratégia utilizada pelos colonizadores portugueses, pois era a forma mais eficaz de fazerem com que as populações acatassem as ordens do então estado colonial. Portanto, sempre houve essa relação de estado com as representações locais/régulos ou chefes de tabanca.

Sobre a questão democrática, é preciso reconhecer que a democracia é um regime caracterizado por processos regulares de alternância pacífica no poder, baseados em regras legítimas, no qual cabe aos perdedores respeitar os vencedores, reconhecendo a derrota (PRZEWORSKI, 1999). Na mesma lógica, Schumpeter (1961), considera que o poder deve ser da responsabilidade dos eleitos, o que supõe dizer que, aos cidadãos só cabe o processo de escolha através de eleições livres, uma vez que, escolhidos os representantes, todas as decisões políticas serão tomadas por eles.

Bobbio (2009) define a democracia na mesma perspectiva representativa, buscando estabelecer uma definição básica que, no mínimo, nos permita chegar a um certo consenso sobre aspectos essenciais à noção de democracia nas sociedades atuais. Ele a define como um conjunto de regras primárias ou fundamentais por meio das quais um dado governo está autorizado pela coletividade a tomar as decisões que a afetam em seu nome através de determinados procedimentos dotados de legitimidade legal. Para ele, estas regras é que vão garantir uma participação mais ampla e segura para a maior parte dos cidadãos que poderão, assim, participar de forma direta ou indireta das decisões coletivas (BOBBIO, 1983, p. 55).

As formulações apresentadas por Bobbio (1983) sobre a *concepção procedimental* da democracia são as seguintes:

a) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, etc., devem gozar dos direitos políticos, isto é, do direito de exprimir com o voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele; b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico, isto é, deve valer por um; c) todos os cidadãos que gozam dos direitos políticos devem ser livres de votar segundo a própria opinião, formada o mais livremente possível, isto é, em uma livre concorrência entre grupos políticos organizados, que competem entre si para reunir reivindicações e transformá-las em deliberações coletivas; d) devem ser livres ainda no sentido em que devem ser colocados em condição de terem reais alternativas, isto é, de escolher entre soluções diversas; e) para as deliberações como para as eleições dos representantes deve valer o princípio da maioria numérica, ainda que se possa estabelecer diversas formas de maioria (relativa, absoluta, qualificada) em determinadas circunstâncias previamente estabelecidas; f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria (BOBBIO, 1983, p. 55).

Bobbio (2009) ainda reforça que são essas regras que vão diferenciar a democracia dos demais sistemas. Portanto, considera duas razões para que essas regras sejam levadas a sério, a saber: primeiro, é a existência destas regras que vai diferenciar a democracia dos outros regimes ou sistemas de governo; segundo, a democracia não apenas possui as suas próprias regras, mas essas regras vêm sendo aprimoradas e amadurecidas há séculos, sendo hoje também constitucionalizadas na maioria dos países que se caracterizam como “estados democráticos de direito”.

Na mesma abordagem procedimental, mas seguindo uma linha de raciocínio diferente, Schumpeter (1961) argumenta que a democracia seria essencialmente:

Um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição. (SCHUMPETER, 1961, p.295-6).

Assim, Schumpeter define a democracia como um método ou sistema institucional para a tomada de decisões políticas, que confere aos cidadãos o poder de escolher representantes em disputa competitiva pelos votos mediante eleições livres e regulares (SCHUMPETER, 1961, p. 327-8). Com esta definição, dá a entender que a democracia nada mais é do que um mecanismo de escolha ou de autorização dos governos, mas não uma meta moral que vá além da competição entre diferentes elites pelos votos dos cidadãos nas eleições periodicamente disputadas.

Portanto, é de suma importância ressaltar aqui a existência de uma diferença considerável entre as abordagens, tanto de Schumpeter quanto de Dahl no que diz respeito à democracia. O mérito de Schumpeter estaria em demonstrar que não existe incompatibilidade de princípios entre o realismo político e a democracia. A mesma ideia foi apropriada e aprofundada por Dahl (1997), como discutido adiante, procurando evitar o “utopismo” das definições substantivas e ao mesmo tempo dedutivas da democracia (LESSA, 1997).

Com o problema da organização do poder político e da sua legitimidade nas sociedades complexas, a “teoria democrática hegemônica” afirma que tal poder deve ser organizado democraticamente por instituições que intermediam a relação entre os interesses privados de indivíduos e grupos e o poder político. Neste caso, a legitimidade do governo dependeria da vontade dos indivíduos através da maioria, tendo em conta que a unanimidade seria um ideal contrafactual dentro das sociedades modernas.

Portanto, as decisões legítimas são tomadas somente quando construídas pela vontade da maioria dos representantes, raramente por todos. Por isso, busca-se obter eficiência no processo de tomada de decisões dos governos e não apenas a sua legitimidade. (ELSTER, 1986; MANIN, 1987; HELD, 1995 *apud* FARIA, 2000).

Retomando o contraponto entre Schumpeter e Dahl, Sartori (1994) mostra que, embora ambos defendam a “teoria competitiva” da democracia, tais autores têm preocupações muito distintas. Para ele, Dahl inicia onde o Schumpeter teria parado; isto é, Dahl busca o processo de difusão e consolidação do pluralismo dentro da sociedade como um todo, por meio da crescente competição entre as elites. Enquanto Schumpeter buscava apenas entender como o sistema democrático funcionava efetivamente, Dahl pretendia entender os princípios que promovem o desenvolvimento da democracia.

Na mesma linha, Przeworski (1999) também considera que o regime democrático ultrapassa a dimensão do processo de escolha. Portanto, a definição que norteia esse debate é a de Dahl (1997), que vai considerar a *poliarquia* como um regime que envolve uma participação substancial no governo por parte da sociedade civil, enaltecendo a competição ou concorrência pelo poder de diferentes partidos e facções que representam diferentes interesses, o que envolve um regime “popular”, mais inclusivo e aberto para a contestação política e a oposição, sem que as liberdades e os direitos civis e políticos estejam em causa; ou seja, sem medo das represálias dos governos.⁶

Embora essas teorias tenham se limitado ao processo de escolha, na formulação de Dahl (1997) parece mais nítido que as democracias contemporâneas se caracterizariam como poliorquias; i.e.: um regime que agrega participação no governo por parte dos cidadãos e organizações da sociedade civil; um regime que promove a competição como via de acesso ao poder; um regime mais popular, liberal, e inclusivo, aberto a contestações políticas, que promove a liberdade e permite que todos tenham o mesmo direito de exercer oposição ao governo, que todos possam criar organizações políticas, organizar manifestações coletivas, etc.

Habermas (1997), por sua vez, aprofunda o debate crítico sobre o funcionamento real da democracia ao focalizar os processos discursivos de construção de argumentos e reivindicações na esfera pública. Para o célebre filósofo, o governo democrático não poderia se limitar somente ao voto, que considera insuficiente para legitimar a democracia, sugerindo a “democracia deliberativa” como um modelo mais legítimo e racional para a deliberação ou tomada de decisões de caráter político. Segundo Faria (2000), a imagem que Habermas nos oferece para explicitar os processos de comunicação e decisão do sistema político é aquela que:

Retrata uma relação do tipo centro-periferia. No centro localizam-se a administração, o judiciário e a formação democrática da opinião e da vontade (parlamento, eleições políticas, partidos) que formam o núcleo do sistema político; na periferia, encontra-se a esfera pública composta por associações formadoras de opinião, especializadas em temas e em exercer influência pública (grupos de interesse, sindicatos, associações culturais, igrejas etc.) (FARIA,2000).

⁶ Dahl propõe substituir o termo “democracia”, mais adequado para o modelo de democracia direta que prevalecia na *Polis* grega, pelo termo “poliarquia”, mais apropriado para caracterizar a difusão pluralista do poder no regime democrático das sociedades industrializadas.

Portanto, Habermas enxerga a participação política da sociedade civil de forma mais abrangente, que engloba não só o seu envolvimento direto na disputa político-partidária, mas também no debate sobre a formulação e avaliação das políticas públicas que realmente farão sentido para a população e os diferentes grupos sociais. Nesta vertente, teríamos a *democracia deliberativa* que, de acordo com Habermas:

Oferece um modelo discursivo [...] que não está centrado no sistema político-administrativo encarregado de tomar decisões vinculantes nem exclusivamente na sociedade. A democracia deve ser analisada a partir da relação entre esses dois polos: as decisões tomadas no nível do sistema político devem ser fundamentadas e justificadas no âmbito da sociedade, através de uma esfera pública vitalizada. O sistema político deve estar ligado às redes periféricas da esfera pública política por meio de um fluxo de comunicação que parte de redes informais dessa esfera pública, institucionalizada por meio dos corpos parlamentares e atinge o sistema político influenciando nas decisões tomadas. "o fluxo de comunicação entre a formação da opinião pública, as eleições institucionalizadas e as decisões legislativas é pensado para garantir que influências, geradas pela publicidade e pelo poder produzido comunicativamente, sejam transformadas, através da legislação, em poder administrativamente utilizável" (HABERMAS, 1997 *apud* FARIA, 2000).

Cabe salientar que a participação também é limitada na teoria deliberativa de Habermas, uma vez que se restringe ao papel da opinião pública em pressionar o Estado por determinadas políticas: o povo pressiona, mas não governa diretamente.

A definição da democracia como a vontade do povo, talvez seja a mais conhecida e mais simplificada de todas as concepções que se tem desse fenômeno. O'Donnell (2010) é outro autor que também critica a concepção minimalista da democracia, defendida por Schumpeter e outros, cuja base estaria limitada aos direitos civis e políticos, envolvendo tão somente o processo da escolha dos representantes pelo cidadão que, além do poder de escolher, também teria o direito de ser escolhido.

O'Donnell (2010) não traz uma definição do conceito de democracia, mas sim, uma concepção mais ampla sobre esse regime político. O autor procura mostrar que a democracia, mesmo na versão minimalista que a restringe à democracia política, pressupõe uma concepção do ser humano como um agente que adquiriu, através de processos históricos, um status reconhecido e amparado pelas leis do país enquanto um indivíduo portador de prerrogativas e direitos de cidadania que envolvem não apenas a cidadania política, mas também os aspectos ou dimensões, civil, cultural e social.

O que fica demonstrado nessa obra é que o desenvolvimento da democracia como processo histórico depende da consolidação plena dos direitos políticos, civis e sociais do cidadão em determinado país. Nessa perspectiva, a democracia não poderia reduzir-se às eleições, ao sufrágio universal e ao pluralismo multipartidário, pois também envolveria, segundo Dewey (*apud* Abu-El-Haj, 2008), o “progressivo aumento da igualdade, das liberdades irrestritas e das deliberações públicas”.

Ora, é justamente o desenvolvimento desse cidadão, como um agente portador de direitos e prerrogativas que pode exigir mudanças e a efetiva implementação de tais direitos que nos permite avaliar se um dado regime é democrático ou não.

Dentro do debate apresentado, a minha percepção sobre a democracia vai na mesma perspectiva, de se tratar não apenas de um *método* ou regras e instituições, eleições periódicas e os direitos de escolha e de poder ser escolhido, mas também da garantia dos direitos civis individuais, bem como de direitos sociais visando promover a equidade.

A democracia se diferencia de qualquer outro regime justamente por permitir que existam espaços de debate no regime, pluralidade de ideias e garantia dos direitos básicos e fundamentais dos cidadãos. Ademais, a preocupação dos autores acima referenciados, se diverge um pouco, mas não tira o fato de que todos eles se preocupavam com os princípios que são necessários para uma democracia; ou seja, todos se preocuparam com os direitos básicos e fundamentais dos cidadãos e as regras que possam permitir a continuidade do regime democrático.

Mas aqui cabem outras indagações provocadoras sobre algumas formas de se organizar na Guiné-Bissau, principalmente nas etnias Balanta e Bijagó, que são etnias com organizações bem estruturadas, que possuem um modelo de funcionamento semelhante ao da democracia em termos de participação na tomada de decisões e na resolução de conflitos.

Dentro desses grupos étnicos são designadas certas pessoas para ficarem a frente do grupo, mas todas as decisões que esse responsável toma são baseadas no grupo; ou seja, mesmo sendo designado para o cargo de líder ou chefe de uma aldeia, as decisões são tomadas em grupo e só depois de ser apreciada por outros membros que acompanham esses chefes (na sua maioria, sábios ou anciões com experiência são tidos como conselheiros dos chefes).

Em alguns casos a forma como se resolvem os conflitos nesses grupos é mais eficaz do que quando o conflito se estende até aos poderes do estado. Aqui não se pretende trazer outro tema para comparação, mas de uma breve contextualização sobre o mosaico étnico e as práticas que poderiam dar grandes contribuições à construção e consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

Estas contribuições também passam pelas as formas tradicionais de resolução de conflitos na Guiné-Bissau. Nesta questão, podemos destacar a obra de Mané (2014), intitulada “*A Mediação na resolução de conflitos: O caso de Bambadinca*”, em que fez um trabalho de campo sobre a temática na região de Bafatá, leste de Guiné-Bissau, na comunidade de Xime (Bambadinca). Trata-se de uma região ocupada na sua maioria por duas etnias diferentes: Mandinga e Balanta. Nesta obra, o autor buscou, através de uma pesquisa documental e descritiva, analisar e comparar as duas formas de resolução de conflitos: de um lado, a forma tradicional, em que cada grupo étnico tem suas peculiaridades culturais, e, do outro a forma mediada pelas instituições estatais de justiça. Como resultado de sua pesquisa, concluiu que o potencial da resolução de conflitos destas comunidades pode e deve ser apropriado e adaptado pelas instituições superiores de justiça do país, como uma forma de reconhecimento do *pluralismo jurídico* verificado entre as diferentes comunidades étnicas locais (MANÉ, 2014).

A referida pesquisa reforça a ideia de que o estado pode aproveitar as práticas socioculturais oriundas dessas comunidades para implementar e/ou adaptar as suas instituições, pois há casos em que as formas de resolução de conflito destes povos, por meio dos seus anciãos, são muitas vezes mais eficazes. Como salienta Mané (2014), na maioria das vezes, os anciãos buscam remediar os conflitos antes de dar razão ou culpar os envolvidos. Quando se leva certas questões ou problemas às instituições estatais, além de ser um processo demorado, as vezes não conseguem resolver os problemas e, simplesmente criam complicações ao invés de solucioná-los. Portanto, nestes lugares o melhor seria o reconhecimento destas práticas e suas adaptabilidade às leis nacionais.

A hipótese levantada aqui é de que, se o Estado guineense tem se adaptado ao longo dos tempos (desde a implementação da democracia na Guiné-Bissau), essas práticas nativas de resolução de conflitos e de tomada de decisões existentes na Guiné-Bissau talvez agreguem mais a democracia e fortaleçam o sentido da Nação

neste pequeno país. Esses modelos de decisão e de resolução de conflitos nas comunidades rurais tendem a ser mais eficazes, pois provêm de práticas instaladas no país logo nos primeiros momentos pós-independência em que o Estado delegava poderes dentro das comunidades a determinados representantes (comitês de tabanca) que se caracterizavam como uma espécie de chefes de aldeia que podiam representar o estado nestas localidades.

Essa relação entre o estado e as comunidades rurais não deve prevalecer somente nas questões de resolução de conflitos, deve ser ampliada para, inclusive, nas definições de políticas públicas destinadas a essas comunidades os responsáveis das comunidades possam fazer chegar suas preocupações aos governos e, deste modo, solicitar junto das autoridades a implementação de políticas públicas voltadas as comunidades, buscando alcançar o desenvolvimento local sem se perder a essência de uma comunidade rural.

2.2 Do regime do partido único à democracia na Guiné-Bissau

Nesta parte, abordamos o conceito da democracia e as suas diferentes concepções por variados autores em diferentes contextos para, em seguida, buscar enquadrar o sentido da democracia na Guiné-Bissau. Trazendo para o debate, uma análise descritiva sobre o regime do “partido único” (sob domínio do PAIGC) na Guiné-Bissau e, conseqüentemente, sobre as perspectivas da abertura democrática. Por fim, buscamos problematizar o atual momento democrático em que esse país se encontra. Será a Guiné-Bissau um país democrático nas condições atuais? E que tipo de modelo ou sistema pode ser mais adequado para um país na situação em que se encontra a Guiné-Bissau? Esses questionamentos nos serviram de guia para o desenvolvimento deste capítulo.

Quando se discute o regime do “partido único” sempre é bom lembrar que, nesses regimes não há espaço para concorrência aos cargos políticos, todos os corpos políticos são designados pelo partido e são escolhidos nas assembleias desse partido que também é conhecido como partido-estado. Um partido absoluto que controla tudo e todos, fechando as possibilidades de arenas e fóruns independentes em que possam se manifestar divergências de opinião ou qualquer tipo de dissidência. Ou seja, esse regime não favorece o desenvolvimento das organizações da sociedade

civil, nem tampouco a criação de outros partidos. Portanto, as organizações não estatais que existiam nessa época só operavam de forma clandestina.

O PAIGC, que havia liderado a luta armada pela independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, depois que o país se tornou independente, assumiu uma postura semelhante aos colonizadores, pelo menos no que diz respeito ao controle do território e da posição autoritária com que conduziu o processo de criação de um “Novo Estado” (Estado-Nação). E foi com base nesta ideia de partido único e centralizado que o país foi dirigido nos seus primeiros momentos pós-independência. Essa cultura herdada do colonialismo permitiu com que o PAIGC controlasse o país sem que o seu poder esteja ameaçado ou que se houve grupos para disputas dos cargos mais altos do país. Portanto, o silenciamento da sociedade civil foi uma das armas usadas pelo partido PAIGC para a consolidação da postura autoritária com que governou o país de pós-independência (1973) até os finais da década de 1980 para os primeiros momentos (década de 1990) que seriam cruciais na implementação do regime democrático na Guiné-Bissau.

O regime de partido único, comandado pelo PAIGC, prevaleceu na Guiné-Bissau de 1973-1994; ou seja, desde a independência do país até a abertura democrática o PAIGC assumiu o controle do Estado guineense. Neste período, aconteceram diversos eventos históricos que marcaram a sociedade deste país. O primeiro golpe de estado ocorreu já em 1980 que colocou Nino Vieira frente ao destino do país, desfazendo-se da união que existia entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde através como um país só. A ideia de unir os dois países culminou com a criação do PAIGC e, posteriormente, uma luta armada para a independência dos dois países.

Como ocorreu na maioria dos países da África que se emanciparam da colonização europeia, os movimentos de luta pela libertação se organizaram como partidos e ficaram à frente na construção e na consolidação dos respectivos estados. Após a independência esses movimentos se transformaram em partidos hegemônicos, sob um regime monopartidário, que não abria espaço para a atuação de outros movimentos ou partidos, muito menos para qualquer concorrência na disputa pelo poder de comandar o estado e dirigir o destino de cada país.

Na Guiné-Bissau não foi diferente. Logo que o país se tornou um estado independente, o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC) assumiu o aparelho do estado, organizando a segunda assembleia

geral do partido para designar quem iria conduzir o destino do país. A referida assembleia é conhecida como o II Congresso do PAIGC (ou Congresso de Cassacá), ocorrido de 18 a 22 de julho de 1973, que culminou com a eleição de Aristides Pereira como Secretário geral do PAIGC. Pouco depois, em 24 de setembro de 1973, foi proclamada a criação da Guiné-Bissau como Estado soberano e independente em Madina do Boé.

Desde a data de fundação do país até os primórdios da década de 1990, o PAIGC deteve o controle total do aparelho estatal ao encarnar o partido-estado. Desta forma, silenciou os possíveis adversários (outros movimentos que existiam na época) e sufocou a sociedade civil também, pois não havia espaço para a participação de organizações ou movimentos da sociedade civil até a abertura democrática do país iniciada em meados daquela década.

Contudo, mesmo com a abertura democrática, o PAIGC continua a controlar o estado guineense e suas instituições, tendo vencido não apenas a primeira eleição presidencial direta (1994), com a escolha do Presidente João Bernardo Vieira (NINO VIEIRA), mas também as eleições legislativas que deixaram sob o comando do PAIGC todos os cargos de maior destaque na administração do estado.

Nestas condições, verifica-se que a Guiné-Bissau vive sob uma *democracia instável*, pois nenhum dos requisitos democráticos elencados antes, tanto por Bobbio, quanto por Schumpeter, estão presentes. A forma como são conduzidos os processos eleitorais tem apresentado certas anomalias que acabam colocando em dúvida as próprias instituições, o que leva os políticos a contestarem a lisura e os resultados das eleições.

Estas contestações têm acontecido de forma recorrente em todas as eleições. A mais recente aconteceu na última eleição do atual presidente da República (Umaro Sissoco Embaló, apoiado pelo MADEM G15), em 2019, quando o seu concorrente no segundo turno das eleições (Domingos Simões Pereira, do PAIGC) acabou não aceitando os resultados apresentados pela entidade responsável pela divulgação dos resultados eleitorais no país: a Comissão Nacional das Eleições (CNE). Assim, mesmo depois de ter feito uma ligação parabenizando Umaro Sissoco Embaló, o então concorrente e adversário nas eleições para o mais alto cargo do país, Domingos Simões Pereira, voltou a contestar o resultado das eleições, sugerindo uma

recontagem dos votos para uma nova apuração, visto que, segundo ele, os resultados teriam sido viciosos ou trapaceados.

A CNE, sendo a entidade responsável pela divulgação dos resultados eleitorais no país, estava disposta a realizar uma nova apuração desde que não fossem recontados os votos (PAIGC queria a recontagem dos votos). Ora, a Constituição da República e a legislação eleitoral do país não permitem a recontagem dos votos, mas somente a apuração das atas regionais, quando houver alguma anomalia (como aconteceu na eleição de 2019, quando a CNE apresentou os resultados com atas sem assinatura dos fiscais dos partidos, sendo obrigado a refazer a apuração).

Esse processo até a apuração final e a posse do presidente envolveu episódios marcantes, como a intervenção do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Atendendo a um recurso extemporâneo do PAIGC, o STJ acolheu e apreciou tal recurso, mas só deu o seu veredito depois do presidente da república (PR) ser empossado, o que não mudaria os fatos já que o presidente tomou posse.

A posse do PR, que tinha que ser conduzida pela Assembleia Nacional Popular (ANP) e o presidente que deixava o cargo, numa cerimônia de investidura do novo mandatário, não aconteceu. A maioria dos representantes do Conselho Permanente (CP) da ANP, formada por deputados eleitos pelo PAIGC, simplesmente não compareceu à sede da ANP, causando um impasse que faria com que a cerimônia acabasse sendo realizada num hotel!

Vivemos sob dúvidas a respeito da existência da própria democracia em nosso país, que aparece como um jogo político acirrado, de ataques às instituições e *centralismo político*, gerando discursos e comportamentos de *extremismo político* que acabam se refletindo na sociedade como um todo.

Devemos lembrar que, não se trata apenas de como são eleitos os representantes na democracia, mas também de como eles são substituídos; ou seja, não adianta só realizar as eleições se os eleitos não conseguem terminar os mandatos no tempo determinado na constituição do país. Essas interrupções do mandato presidencial por golpes ou outras formas que não sejam dentro das regras do “jogo democrático” acabam não só complicando os processos eleitorais, mas também criando um clima persistente de desconfiança e de dúvidas sobre as instituições responsáveis pela manutenção da democracia.

A Guiné-Bissau, ao contrário de outros países que se tornaram independentes e depois aderiram ao regime democrático (Senegal, Mali, Costa do Marfim etc.), não teve uma preparação que antecede a abertura democrática, não foi um processo pensado a longo prazo antes de se abrir a esse regime democrático. Portanto, mesmo aderindo a democracia alguns resquícios do monopartidarismo ainda são vistos no país.

A adesão à democracia na Guiné-Bissau poderia ser entendida nesta perspectiva, como um processo inacabado e com sérias interrupções por golpes e sucessivas quedas dos governos eleitos. Essas rupturas frequentes no processo político geram forte descontinuidade administrativa, dificultando não apenas a implementação de políticas públicas, mas também o próprio exercício normal da democracia. Ainda temos uma democracia muito frágil, uma democracia em construção. Como sugerido por Habermas, ainda não entramos na fase de consolidação das instituições democráticas. Portanto, as conseqüentes quedas dos governos e sucessivos golpes de Estado têm dificultado a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) junto às comunidades locais. A hipótese é que, talvez, a instabilidade política seja um dos principais obstáculos para o avanço nos projetos de desenvolvimento que as OSCs têm buscado implantar no país.

No Brasil, por exemplo, o acompanhamento das OSC não teve início nos anos de 1990, pois já havia entidades da sociedade civil organizada participando em diferentes processos que antecederam a redemocratização, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), da Organização dos Advogados do Brasil (OAB), entre muitas outras. Mas o processo de elaboração e a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88), reforçou o papel e levou a uma proliferação das OSC, que tiveram os seus direitos garantidos enquanto organizações autônomas da sociedade civil (TEIXEIRA, 2000).

Essa redemocratização do Brasil, que se insere historicamente na chamada terceira onda mundial de movimentos nacionais de democratização, ocorreu aproximadamente no mesmo período em que a Guiné-Bissau aderiu ao regime democrático. Agora, a forma como cada um desses países conduziu esse processo tem que ser levada em consideração. Na Guiné-Bissau, diferentemente do Brasil, era um país recém-independente (1973) e sob a governação de um partido-estado (PAIGC) e ainda mais, vindo de um golpe de estado (1980).

A democratização política na Guiné-Bissau era necessária, pois nas condições que o país se encontrava era uma saída eminente. Importa questionar se, realmente o país tinha condições necessárias para o implemento da democracia? O que era preciso para um país, nas condições que se encontrava a Guiné-Bissau, aderir a democracia, combater os resquícios do autoritarismo herdada do colonialismo e, conseqüentemente, garantir o funcionamento normal das instituições do estado? Um país que tinha acabado de se tornar independente de colonialismo e, em menos de 8 anos (1973-180) conheceria um golpe de estado que desencadeou a separação da união que existia entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde como um país.

Vale ressaltar que, Cabo-Verde e Guiné-Bissau eram um país só até o ano de 1980, pois a luta pela libertação dos dois países foi liderada pelo mesmo partido PAIGC e esta união durou poucos anos até o golpe de estado que resultou na chegada ao poder do João Bernardo Nino Vieira, afastando do cargo de presidente da república o então presidente Luís Cabral⁷ (este eleito pela Assembleia do partido logo na proclamação da independência do país).

Mesmo a Guiné-Bissau tendo essa ligação com Cabo-Verde em termos histórico que surgiu na necessidade das independências dos dois país sob o jugo colonial português, os processos da consolidação do Estado e seguido também da democratização, não foram semelhantes. Cabo-Verde, por exemplo, não passou pelos mesmos problemas que a Guiné-Bissau. A administração do estado cabo-verdiano pós a dissolução da então união dos dois países, teve mais êxitos no implemento da democracia, pelo menos, no tocante ao funcionamento das instituições, tanto que, Cabo-Verde, diferentemente da Guiné-Bissau, não teve interrupções em termos de alternância de poder.

Se considerarmos somente as regras do jogo político entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau veremos que, Cabo-Verde teve mais êxitos por conseguir manter, pelo menos, fixa as datas eleitorais, ou seja, há uma garantia do cumprimento as regras do jogo político pelos governos cabo-verdianos, o que não se verificou ainda na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau vive uma democracia em que as regras do jogo não são garantidas e não há, por enquanto, como visto no decorrer deste trabalho através da contextualização socioeconômica do país, registros que provem o contrário. Não há

⁷ Luís Severino de Almeida Ocupou o cargo de presidente da República de Guiné-Bissau de 1973 a 1980, deposto por um golpe de estado militar. Luís Cabral veio a falecer em 2009 (Lisboa, Portugal).

garantias por parte de nenhum dos governos que passaram no país (incluindo o atual governo) que deixam garantias a população e como também a comunidade internacional de termos eleições fixas/periódicas como mandam as regras de um regime democrático.

Se, no Brasil, a redemocratização foi acompanhada desde o início de estudos sobre a sociedade civil organizada, na Guiné-Bissau ocorreu que, nos primeiros momentos da democratização, os estudos sobre a sociedade civil não tiveram esse acompanhamento crítica e reflexivo até o conflito político e militar de 1998.

A grande parte dos estudos que foram realizados sobre o país estava mais centrada nas questões de nacionalismo, Estado-Nação, democracia e sobretudo, os processos que conduziram a abertura democrática no país, todos esses estudos com diferentes vieses que não focavam a participação das OSC guineenses. Portanto, a abertura democrática na Guiné-Bissau abriu espaço para a criação de entidades não estatais com mais notoriedade nas suas ações no que diz respeito a preservação e ao respeito pelas normas democráticas, como também para aquelas atuantes nas áreas que geram impacto na vida dos guineenses, começando pelo básico, desde a educação até na formulação e implementação de projetos e políticas públicas em parceria com o Estado e/ou com organismos internacionais de cooperação.

Após a abertura democrática do país ocorrida em 1990, as OSC buscaram atuar nas áreas prioritárias que o Estado Guineense talvez não consiga atingir através das suas políticas de desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, sob o impulso das transformações político-institucionais da sociedade guineense, assistiu-se ao surgimento de um grande número de OSCs que concentram sua atuação no desenvolvimento social e no combate à exclusão e à pobreza.

Assim, 1990 é tido como o ano da sociedade civil guineense, pois marca o início da década que culminaria na adesão do país à democracia e na posterior criação de vários partidos e entidades conhecidas por organizações não governamentais (ONGs). Um marco histórico que ficou conhecido como a década da sociedade civil. O país vinha de uma gestão militar, sob um regime de partido único, liderado pelo PAIGC, o qual lutou pela independência e o fim do colonialismo nos dois países, alcançado em 1973 de maneira unilateral e, posteriormente, em 1974 reconhecidas as independências por Portugal.

Os momentos primórdios da década de 1990 não foram só marcadas pela adesão a democracia, mas também foi acompanhado de vários acontecimentos como o caso do conflito político e militar (junho de 1998 a maio de 1999) que assolou o país por quase um ano. De lembrar que, logo após as eleições, em menos de 5 anos (de 1994-1998) a nova democracia conheceria sua primeira interrupção através de uma guerra. Desde o ano de 2000 em que o novo governo assumiu o país (liderado pelo PRS) e tendo o mesmo partido apoiado o candidato vencedor das eleições presidenciais (Koumba Yalá), pouco tempo durou até que os guineenses presenciassem outro golpe de estado, desta vez, com o Koumba Yalá que foi deposto (2003) pelos militares.

Sempre que o país parece encontrar um rumo certo a estabilidade política acontecem novos episódios de entraves, crises políticas que na sua maioria resulta em quedas de governos eleitos. Os termos, OSC e ONGs respectivamente introduzidos neste capítulo serão discutidos adiante, onde estabelecerei a diferença e a relevância de ambos para este trabalho.

3 SOCIEDADE CIVIL

Nesta parte do trabalho nos focamos mais na definição do conceito sociedade civil, nas suas diferentes configurações, bem como sobre a forma com que este conceito se relaciona com o Estado, especialmente no contexto guineense. Naturalmente, vamos examinar as contribuições de grandes autores que compõem o nosso arcabouço teórico no debate proposto, servindo de base para as análises a serem apresentadas no final desta seção. Em seguida, apresento as diferentes formas de se organizar na Guiné-Bissau com o intuito de enquadrar estas organizações como organizações da sociedade civil.

Autores como Kant, Rousseau, Hegel e Gramsci já se debruçaram sobre a temática e a definição da sociedade civil. No entanto, o termo ganhou vários significados ao longo do debate teórico e político, dentre os quais se destaca a vertente marxista, especialmente na leitura desenvolvida por Bobbio (2007). Nessa interpretação, segundo Perez (2016)

[...] sociedade civil e Estado são contrapostos, pois: “entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais”. (BOBBIO, 2007, p. 1210). Nesse sentido [...] a sociedade civil é o terreno dos conflitos que o Estado deve resolver, ou seja, a base da qual partem as reivindicações que o sistema político é chamado a atender (PEREZ, 2016).

E, mesmo assim, com essa interpretação do Bobbio, a autora ainda reforça que uma classificação que coloca a sociedade civil como contraposta ao estado não favorece o entendimento dos problemas em jogo nesse campo de estudos. Segundo Perez (2016),

A classificação da sociedade civil como esfera contraposta ao Estado não ajuda o pesquisador que se aventura nos estudos da área. Sociedade civil e Estado se relacionam de diversas formas – seja cobrando a concretização de direitos ou atuando junto com o repasse de verbas públicas para as organizações (PEREZ, 2016).

Uma das definições das Organizações da Sociedade civil é a de que se trata de organizações sem fins lucrativos; dessa forma, podem ser entendidas como iniciativas de grupos organizados que visam outros fins sob diferentes formatos organizacionais, como ONGs, “coletivos”, redes e movimentos sociais. As OSCs, através de suas ações, favorecem o reconhecimento e disseminação de determinadas causas sociais e ambientais, visando o fortalecimento de direitos, valores e formas de

cooperação social e pertencimento cultural (TEODÓSIO, 2014). São organizações que se configuram com finalidades distintas, em diferentes escalas e sob estruturas organizacionais mais ou menos complexas. Fazem parte do chamado Terceiro Setor, que possui uma enorme diversidade de organizações (FERNANDES, 1994).

No Brasil, por exemplo, mesmo com as divergências teóricas em volta do conceito da sociedade civil ela foi “apropriada pelos estudos, legislações e fala dos militantes”. Mas aqui chama a atenção pelo fato de terem interpretado a sociedade civil como um “sinônimo de organizações que não fazem parte do Estado, mas que atuam nas áreas de interesse social da população e reforçando também os espaços de “discussão de políticas públicas”, a sociedade civil inclui também diferentes tipos de organizações com formatos distintos desde as ONGs, associações profissionais e etc. (PEREZ, 2016).

Há vários estudos sobre a atuação das Organizações da Sociedade Civil que contam com diferentes filiações teóricas, entre as quais abordagens gramscianas, marxistas, habermasianas, toquevilleanas, etc. Estas filiações se apresentam de maneira diferente, mas, de modo geral, todas potencializam as relações que são estabelecidas pelas organizações da sociedade civil, como uma esfera de grande virtuosidade.

Desse modo, nos apropriamos da teoria gramsciana, pela forma como classifica a sociedade civil e a distingue do estado, de uma forma mais próxima, ou seja, não separando, de forma contraposta, mas sim, de duas esferas que se relacionam. Para a reflexão de Gramsci, o Estado seria composto pela própria sociedade civil, uma visão que a coloca como responsável pelos aparelhos privados de hegemonia. Nesta mesma lógica, faria parte também do Estado a sociedade política, mais especificamente, os aparelhos de coerção (COUTINHO, 1981 *apud* PEREZ, 2016).

Esta teoria da sociedade civil gramsciana que a aproxima e relaciona com o estado, ao invés de concebê-las como duas “esferas contrapostas”, nos mostra o quanto importante podem ser as OSC na sua interação com o Estado. Por ser uma teoria que mais abrange o conceito Estado e amplia o campo da sociedade civil no exercício de suas atividades, torna-se, portanto, para esta parte do trabalho, uma teoria fundamental no que tange às diferentes formas de se organizarem grupos e movimentos sociais em um país de vasta diversidade linguística e cultural.

Dagnino (2000) reforça que, os conceitos gramscianas de “sociedade civil, hegemonia e transformação” tiveram uma contribuição muito significativa no campo de análise da “esquerda latino-americana” durante um certo período, pois ali se rompia com o que o autor vai chamar de “determinismo econômico das análises marxistas”. Permitia também que fosse repensadas as relações entre “cultura e política” (DAGNINO, 2000 *apud* TIRELLI, & AGOSTINI, 2015).

Embora esta teoria gramsciana de sociedade civil tenha sido criticada no Brasil com o surgimento de uma “nova sociedade civil”, mesmo assim, ela ainda continua sendo fundamental para a compreensão da dimensão do conceito e como também das suas ressignificações ao longo dos tempos. Portanto, as críticas feitas a essa teoria, de acordo com as autoras, é de que,

[...], essa perspectiva gramsciana de sociedade civil perde espaço com a retração da produção sobre os movimentos sociais no Brasil, ocorrida no final da década de 1980, quando esta é substituída pela produção acadêmica em torno da chamada “nova sociedade civil”. A sociedade civil passa a ser o lócus que congrega a pluralidade dos atores civis e que possui a função primordial de construir uma cultura democrática no plano societário (TIRELLI, & AGOSTINI, 2015).

Existem limites nas principais interpretações sobre a sociedade civil que foram apontados por Avritzer e Costa (2004), as quais, no contexto brasileiro da redemocratização,

[...] compreendiam uma sociedade democrática como simples sinônimo da existência de instituições democráticas no plano político (eleições livres e regulares, atividades parlamentares, garantia dos direitos civis), enfatizando a importância de se analisar as mudanças em relação às práticas e atitudes dos atores societários (AVRITZER, 1997; AVRITZER e COSTA, 2004). Na perspectiva de Avritzer (1997), era preciso se debruçar sobre o florescimento de um “novo associativismo civil” constituído a partir de meados dos anos 1970 que, diferentemente do débil associativismo desenvolvido historicamente na América Latina, representaria padrões laicos, pluralistas e autônomos frente ao Estado (TIRELLI, & AGOSTINI, 2015).

E é justamente essa representação plural de padrões diferenciados de relações com o estado que vai englobar as diferentes formas de organização coletiva existentes na Guiné-Bissau, no caso específico, as mandjuandades e as associações dos moradores. Na sua maioria, essas formas de organização coletiva não possuem, perante as leis do país, o status de OSC, pois muitas delas não dispõem de personalidade jurídica ou mesmo de qualquer tipo de organização formal.

Assim, Avritzer e Costa (2004) passaram a usar os conceitos de “sociedade civil e esfera pública”, na linha concebida originalmente por Habermas e posteriormente retomada nos escritos de Cohen e Arato (2000). Para esses autores,

a interpretação de Habermas possibilitaria uma melhor compreensão sobre os processos de democratização em curso (TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

Ainda de acordo com as autoras, esta era uma perspectiva que possibilitava na compreensão da contribuição que os movimentos sociais tiveram sobre a reforma “intelectual e moral” que até então era necessária para a transformação social. Para a teoria gramsciana de sociedade civil, de acordo com as autoras, isso seria como uma “guerra de posições, na qual a luta política não se restringe a tomada do Estado”, muito pelo contrário, se estenderia através da sociedade civil em um processo de “disputa pela hegemonia entre projetos políticos (TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

Cabe lembrar que, na atual situação de Guiné-Bissau, o que se debate ou se escreve sobre essa temática se volta, sobretudo, ao papel que a sociedade civil teria numa democracia instável como a que se vive no país. Portanto, esta teoria habermasiana sobre a pluralidade de espaços ou arenas que constituem a esfera pública, na qual podem tomar parte diferentes atores sociais, torna-se importante na compreensão desse fenômeno neste país.

Segundo Tirelli & Agostini (2015), essa é uma perspectiva que vê a esfera pública como um espaço de produção de opiniões públicas e da vontade dos cidadãos. É o espaço onde se estabelece a “mediação entre a sociedade e o estado” (mais precisamente, o sistema político) e que vai permitir a chegada dos impulsos que vêm da sociedade cheguem até as instâncias decisórias dentro de uma democracia. Ainda de acordo com Tirelli & Agostini (2015),

O conjunto das associações voluntárias, desvinculadas do Estado e do mercado, que possibilitam esse fluxo comunicativo, será designado de sociedade civil. Nessa perspectiva, não se poderia mais pensar na sociedade civil através da sua identificação com a sociedade burguesa ou por meio do antagonismo entre sociedade civil e Estado (TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

Com isso, junta-se a essa ideia Perez (2016) mostrando que:

Na prática, os escritos sobre ONG, sociedade civil e terceiro setor utilizam tais conceitos de forma generalista para fazer referência a organizações distintas, porém carregadas de virtuosidades. Sociedade civil seria, portanto, a esfera composta por organizações que atuam em prol de questões públicas sem pertencer ao Estado e sob uma lógica combativa e superior quando comparada à suposta ineficiência estatal. Seriam, portanto, organizações contrárias ao Estado, mas que em comum atuariam para diminuir as desigualdades sociais por meio da participação voluntária e cidadã (PEREZ, 2016).

Após a terceira onda de redemocratização na América Latina, seguida de crescente aderência à democracia em muitos países do continente africano, houve

uma necessidade em encontrar novas formulações sobre o conceito e as funções da sociedade civil. No caso brasileiro, a partir dos anos 2000, segundo Tirelli & Agostini (2015), vários autores (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006; LAVALLE, 2003; 1999; SILVA, 2006; SORJ, 2005, NOGUEIRA, 2003; ABERS e BÜLOW, 2011) passaram a criticar a utilização generalizada do conceito de “nova sociedade civil”. Com isso, salientam os seguintes aspetos:

i) a nova sociedade civil foi definida nessa produção em termos essencialistas e normativos, em detrimento das análises empíricas; ii) as distintas esferas societárias (Estado, mercado e sociedade civil) foram concebidas de forma homogênea como se seguissem uma única racionalidade interna; iii) a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil ou entre Estado, sociedade civil e mercado seguiu uma perspectiva dicotômica e autonomizante e iv) por fim, negligenciaram-se os estudos empíricos voltados à conformação dos distintos atores da sociedade civil e em relação à sua adesão aos diferentes repertórios de ação (TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

Neste sentido, Lavalle (2003) questiona o seguinte: “[...] afinal, quem integrou a sociedade civil tal como compreendida na literatura em questão?” (LAVALLE, 2003, p. 99). Para esse autor, criou-se um “hiato entre a concepção teórica da sociedade civil e as organizações civis concretas” que, segundo ele, muitas vezes não correspondiam à definição teórica. Ainda de acordo com o Lavalle:

Essa perspectiva resultava, também, em um direcionamento nas análises, na medida em que os autores tendiam a escolher as organizações que seguissem a definição prescritiva do modelo ou, dito em outras palavras, a eleger aquelas organizações que representassem essa nova sociedade civil, concebida como espontânea, pluralista, laica e democrática... Esse enquadramento em termos essencialistas e normativos impossibilitava perceber a dinâmica das relações que envolvem a conformação dos atores das sociedades civis reais, naturalizando certos padrões organizacionais e repertórios de ação (LAVALLE, 2003, SILVA, 2010 *apud* TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

A retomada do conceito da sociedade civil no cenário internacional se deu justamente nas três últimas décadas do século XX. Segundo as autoras, Tirelli & Agostini (2015), essa retomada esteve relacionada, sobretudo, à procura de categorias que explicassem os processos de mudança que decorriam no cenário da política internacional. Como exemplos que marcaram essa transformação, as autoras citam a “crise do Welfare State e o crescimento de políticas neoliberais na Europa Ocidental, o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu e as lutas pela redemocratização em diversos países da América Latina”. Na mesma época decorria nos países africanos a luta pelas independências e como um momento que marca a abertura de democracia no continente africano.

3.1 Sociedade civil guineense

Estudos sobre temáticas envolvendo a sociedade civil da Guiné-Bissau são relativamente recentes. De acordo com Teixeira (2009), tais estudos tiveram início no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) que:

Mesmo tendo começado sua atividade literária e editorial a partir da década de 1980, [...] o INEP conseguiu produzir vasta literatura abordando diversos temas de interesse nacional, como a construção do Estado-nação. Desenvolveu também temas como autoritarismo, tomando-se, a partir dos anos 1980, o maior centro de pesquisa em ciências sociais da África portuguesa (LOPES, 2005, p. 3 *apud* TEIXEIRA, 2009).

Ou seja, mesmo nas dificuldades em termos de quadros qualificados, que eram poucos naquela altura, já se desenvolviam estudos políticos diversificados, dentre os quais predominavam inicialmente temas ligados à formação sócio-institucional do Estado-Nação e, posteriormente, estudos sobre transição política e democracia.

No início de 1990, com a democratização da sociedade guineense, começaram a surgir os primeiros estudos sobre a democracia política e os possíveis efeitos dos processos envolvidos tanto no setor econômico como no social. Cabe lembrar que a democratização político-institucional da Guiné Bissau foi incentivada pelas exigências impostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para socorrer a economia do país por meio de linhas de crédito de longo prazo, com taxas de juros reduzidas.

Segundo Lavallo (2011),

[...] a construção política da sociedade civil fornece a chave para entender o campo de atuação considerado legítimo para as organizações civis, bem como suas capacidades de escolha, barganha e acordo em face do poder público e de outros atores organizados relevantes. Por conseguinte, não existe um estatuto político da sociedade civil, passível de dedução teórica, mas diversos estatutos, ou, de modo mais incisivo, diversas sociedades civis cujo estatuto não é dado, mas requer explicação (LAVALLE, 2011, p.8 *apud* TIRELLI & AGOSTINI, 2015).

Para Perez (2010), o termo sociedade civil engloba diversas organizações desde movimentos sociais, associações profissionais e até as ONGs. O que presenciamos na Guiné-Bissau é uma dificuldade em classificar as OSC, tendo as ONGs como o sinônimo da sociedade civil. No entanto, para a autora:

[...], os movimentos sociais estariam ligados à união de pessoas que chamam para si a responsabilidade pela mudança ou manutenção social em detrimento da ação estatal. Eles se caracterizariam por concentrarem-se em um ou vários problemas específicos; ademais não buscaram a conquista do poder público constituído, mas impediriam que este definisse certos problemas particulares sem a participação direta dos cidadãos envolvidos, ou

contra eles. As ONGs seriam diferentes das outras organizações pelo seu aspecto formal, longa duração e por serem “politizadas”. Entretanto, um movimento social pode também ser formal e ter longa duração. Ademais, a politização não é uma saída para classificar uma organização, afinal a própria tarefa de medir politização de uma organização já é uma proposta de pesquisa - e não um ponto de partida para uma classificação (MIRANDA, 1997, p.11-12; FERNANDES, 1994 *apud* PEREZ, 2016).

Segundo Teixeira (2009), os primeiros estudos sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau surgiram de um esforço da sociedade civil em fazer chegar o desenvolvimento econômico e social para todas as regiões do país. Para o autor, esses esforços acabaram despertando interesse de alguns pesquisadores sobre o tema da sociedade civil guineense. Teixeira assinala que, se analisarmos a literatura sobre sociedade civil guineense, perceberemos que a preocupação dominante, por parte dos estudiosos e pesquisadores, era de investigar a sociedade civil tendo em conta o contexto social, político e econômico geral do país. No caso da Guiné-Bissau o autor destaca três períodos que considera terem marcado a relação entre Estado e sociedade civil, quais sejam:

[...] o primeiro período, de 1911 a 1915, com o surgimento da Liga Guineense,⁸ uma das primeiras organizações de sociedade civil, segundo princípios "ocidentais" de vida associativa, formada por pequenos comerciantes e proprietários. Ancorada no sistema administrativo colonial, a noção de sociedade civil, nesse período, estava ainda atrelada ao processo de emancipação econômica e comercial do país (TEIXEIRA, 2009).

Já o segundo o período⁸, de acordo com Teixeira (2009), teve o começo em 1915 a 1956, para o autor, foi o momento do surgimento dos movimentos pela libertação nacional (independência). Dentro desse quadro faziam parte alguns militantes do PAIGC e de outros movimentos políticos existentes na época (clandestinamente). Para Teixeira, “O objetivo desses movimentos foi o de acabar com a dominação colonial”, e lutar pela melhoria dos povos de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Feito isso, “aplicar os princípios da democracia revolucionária”. Esta era a visão, pelo menos, do líder do PAIGC, Amílcar Cabral (TEIXEIRA, 2009).

⁸ Nessa época, quando se pensava na sociedade civil e no seu conceito, tinha-se em mente um movimento rural de camponeses, cuja estrutura organizava-se em forma de cooperativas que, em suas fases iniciais, não possuíam nenhum instrumento jurídico formal que regulamentasse suas atividades. Contudo, existia uma estrutura em que os direitos e as obrigações eram respeitados por todos que dela participavam, e em que cada família recebia uma parte necessária da terra apenas para a sua subsistência (TEIXEIRA, 2009).

O terceiro período começa já nos finais dos anos 1980 ao começo da década de 1990 que desencadeou de vez a aderência ao regime democrático. Portanto, o autor enaltece ao afirmar que,

[...] as mudanças advindas da política global, no início dos anos 1980, e o processo de democratização da sociedade, em princípios dos anos 1990, vieram alterar a noção de sociedade civil no país. Iniciou-se o questionamento do caráter novo do conceito e da identidade dos movimentos e também o interesse, seja por parte da sociedade, seja por parte dos estudiosos guineenses, quanto à necessidade de articular novas categorias de análise que pudessem dar conta das mudanças indenitárias e ações coletivas dos movimentos populares que surgiam e ressurgiam no período (TEIXEIRA, 2009).

No que tange à sociedade civil guineense, as organizações e iniciativas do Terceiro Setor não se limitam somente às OSCs legalmente constituídas, mas envolvem um vasto leque de formas organizacionais muito diversas que remetem a práticas seculares, como no caso das *mandjuandades*, uma forma tradicional de agrupamento social entre grupos da mesma comunidade, formados por pessoas situadas aproximadamente na mesma faixa etária. É uma forma de organização e cooperação social que ainda persiste forte na Guiné Bissau.

De acordo com Teixeira (2009), as mandjuandades existem na Guiné-Bissau há mais de cem anos e que só continuam a crescer, sobretudo, nas capitais regionais do país como os casos de Bissau, Bolama e Cacheu. As mandjuandades cresceram e vieram a ganhar outras características novas, mas sem deixar de lado a sua essência de solidariedade e de valorização da identidade cultural guineense. Teixeira vai considerar os grupos de mandjuandade e djidiu como um meio de resistência que a própria sociedade guineense tem encontrado para manter, tanto a sua autonomia e quanto ao vínculo de solidariedade mutua existente entre os seus integrantes.

Para a compreensão da sociedade civil no contexto guineense, o autor chama a atenção a duas categorias para a compreensão da noção de sociedade civil guineense,

A primeira é que as duas categorias ampliam a compreensão da noção de sociedade civil na Guiné-Bissau, pela ênfase atribuída à participação política dos Mandjuandades e dos Djidius como instâncias da integração da vida associativa nacional. A segunda observação é justamente salientar como as duas categorias chamam a atenção para busca de especificidades e novas formas de luta encontrada pela sociedade civil na Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2009).

As *mandjuandades* funcionam como Organizações da Sociedade Civil guineense, embora não sejam instituições formais⁹. Do ponto de vista da organização do país, diferentemente das associações comunitárias, empresas privadas e instituições religiosas, as *mandjuandades* não precisam de um espaço físico para existir; elas só dependem dos seus membros e do comprometimento de cada um/a para desenvolver suas ações. É um tipo de organização heterogênea, mas na sua maioria composta por mulheres.

De acordo com Koudawo (1996) as *mandjuandades* serviram de refúgio para a grande base da população que via nesses lugares um espaço de autonomia. No entanto, esse cenário só favoreceu as *mandjuandades* devido a sua forma de atuação e, principalmente, com “[...] preservação e a *pregnância* das estruturas das sociedades tradicionais[...]”. Para o autor, as *mandjuandades* constituíam uma alternativa ao autoritarismo colonial e também como forma de resistência a qualquer ameaça às práticas culturais guineense relacionadas às questões étnicas.

Teixeira (2009) mostra que,

As práticas associativas que decorriam dessas cooperativas não visavam apenas à garantia da subsistência dos seus membros, mas à luta para a implementação de um novo projeto político de desenvolvimento econômico e social, que levasse em consideração, primeiramente, o nível do desenvolvimento da própria comunidade, contrapondo-se ao modelo autoritário imposto pelo regime colonial, que, não só negava suas formas de solidariedade, nas quais buscavam a independência do país, mas também se opunha à sua identidade, vista pelos colonizadores como caótica, irracional e primitiva (TEIXEIRA, 2009).

As *mandjuandades*, mesmo no período pós-colonial com a criação já de um estado independente, elas tiveram um papel muito importante. Segundo Koudawo (1996), o avanço na criação do Estado guineense era muito mais voltado a questões de enquadramento das estruturas tradicionais, ou seja: as *mandjuandades* e as diferentes formas de manifestações culturais no país. Para o autor, o desenvolvimento das *mandjuandades* só foi possível através da “política de revalorização das culturas nacionais”. Essa política de revalorização cultural era promovida pelo então recém-independente país logo nos primeiros momentos da criação de Estado guineense.

Esta forma de organização comunitária, tipicamente guineense, tem ajudado muito em diferentes aspectos no desenvolvimento social do país. Para muitos, estas organizações são conhecidas simplesmente como “grupos musicais”; no entanto, as

⁹ Entendo como “formais” as Organizações reconhecidas pelo Estado, que possuem uma sede para o seu funcionamento.

atividades desenvolvidas pelas *mandjuandades* vão muito além da música, embora a música faça parte do dia-a-dia dessas formas de associação.

Mas outra característica fundamental, se não a principal delas, é a questão da *djunta-mon*, uma forma de ajuda mútua, que envolve compartilhamento de saberes e de afetos. Expressão na língua “Criol” de Guiné-Bissau que pode ser traduzida para o português como “juntar as mãos”. Porém, essa tradução não capta o peso e o significado que esta expressão carrega para os guineenses, para quem a mesma vai muito além do simples ato de juntar as mãos. Trata-se antes de algo existencial, pois significa que quem convive nesse grupo ou comunidade nunca caminha sozinho.

As *mandjuandades*, na sua maioria, são grupos constituídos por mulheres, embora não excluam a participação masculina. Elas têm atuado para suprir os vazios deixados na sociedade, tanto na área de educação (sensibilização), quanto na área de cultura. Buscam passar suas mensagens através das suas canções que tocam a todos, independentemente da faixa etária. A música de *Tina*¹⁰, por exemplo, que é cantada pelas *mandjuandades*, constitui um dos principais gêneros musicais da Guiné-Bissau. Um dos ritmos musicais mais antigos do país, com “DNA guineense”, principalmente nas vozes das *mandjuandades*.

A música tina tem um potencial muito forte na sociedade guineense. Na raiz da música guineense, teve um papel importante no processo de consolidação da democracia no país, ao sensibilizar e incentivar o exercício da cidadania, principalmente nas épocas de eleições. Outro aspecto que caracteriza as *mandjuandades* também é a forma como fazem críticas sociais e canalizam reivindicações voltadas à saúde das mulheres e homens, como na luta contra AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Elas apoiaram campanhas de distribuição de preservativos, muitas vezes trabalhando em colaboração com as associações comunitárias dos bairros da cidade de Bissau, bem como nalgumas cidades do interior.

Outro aspeto importante que caracteriza as *mandjuandades* é a forma como se organizam financeiramente as contribuições dos membros na forma de *abotas*, pois

¹⁰ É um ritmo musical local com características únicas, incluindo instrumentos peculiares, como uma cabaça dentro de uma bacia produzindo um som grave (uma espécie de bumbo), ainda acompanha pedaços de madeiras feitas sob medida para palmas, é acompanhado de tambores e/ou *sikó* (outro instrumento local) e, em seguida os cantos, que na sua maior parte contam com um repertório mais de *dito* (indiretas).

elas conseguem se manter simplesmente com esses recursos. As abotas fazem parte do cotidiano das *bideiras* e dos *bideiros* (Bideiras e bideiros são pequenos comerciantes que ocupam as ruas como vendedores ambulantes ou fixos. Podem vender tanto alimentos e produtos de primeira necessidade, como produtos “supérfluos” como roupas e calçados de marca) consistindo numa espécie de crédito que cada participante terá direito ao entrar em uma abota¹¹.

Na abota a pessoa levanta o crédito e sem se preocupar com os juros, pois cada um vai levantar o mesmo valor, portanto, cada membro que participa de abota é ciente de que tem que pagar as devidas parcelas estipuladas pelo grupo que podem variar, tem abotas que são diárias e outras semanais ou até mensais. Num país que não acompanha o resto do mundo em termos dos avanços tecnológicos, práticas de solidariedade entre os povos ainda prevalece e torna-se num importante alavanca para o sustento de muitas famílias no país. A economia solidaria guineense (abota) tem um papel de grande importância na sociedade.

As práticas de abotas substituem os bancos na Guiné-Bissau, pois nas abotas as pessoas levantam empréstimos livres de juros, gira a economia entre as comunidades e fortalece ainda os laços entre os povos. Tudo isso só tem êxito quando os membros mantem o engajamento, cumprirem com os deveres e obrigações enquanto contribuintes numa abota. Basicamente, a abota é para os seus contribuintes, aqueles que não contribuem não podem ter o acesso a esse crédito. Portanto, os membros de um grupo que decidem entrar numa abota são todos cientes das suas responsabilidades.

Nas abotas diárias, por exemplo, a cada dia um membro recebe o valor da soma dos contribuintes e assim sucessivamente até todos receberem. Não correndo assim o risco de contribuir para no final não receber, pois o comprometimento dos membros é fundamental nesse quesito e é através da credibilidade dos contribuintes que as abotas conseguem os seus êxitos. Mesmo com fragmentação dos bancos que tem ocorrido ultimamente no país, essa pratica continua muito forte na sociedade guineense.

¹¹ Sistema de poupança e crédito utilizado pelas mulheres “bideiras” em que se juntam a cada final de dia um montante que não prejudica ninguém da organização, que no final do dia uma pessoa levanta. Esta prática é frequente na Guiné-Bissau e é mais usada pelas mulheres, algo semelhante com uma prática moçambicana conhecida como o “Xitique”. O Xitique segundo Trindade (2013), é majoritariamente feito entre mulheres.

Embora estas organizações (ONGs) estejam ficando cada vez mais pressionadas a promoverem mudanças na sua gestão para atender à complexidade dos campos em que atuam, fica claro que as cobranças por parte da sociedade civil, relacionadas à transparência no uso dos recursos captados e à produção de resultados em sua atuação, acabam não permitindo a informalidade nesse meio.

Neste contexto, a sobrevivência das Organizações da Sociedade Civil [...] tem sido um desafio para o qual elas buscam intensamente alternativas. Do ponto de vista da maioria dos gestores, essa dificuldade é atribuída preponderantemente à escassez de recursos financeiros, como se este fosse o único impeditivo do crescimento e da garantia de perenidade destas organizações. Porém, o que se observa é que este fator está aliado à informalidade da gestão destas organizações e à baixa capacitação técnica e gerencial dos dirigentes e suas equipes. (Bose, 2004; Falconer, 1999; Fischer, 2013).

Se para as organizações formais (reconhecidas pelo estado e pelos organismos internacionais) a informalidade cria obstáculos, o mesmo não se verifica para as organizações *não formais*, como as mandjuandades. No contexto sociocultural da Guiné Bissau e de outros países africanos, muitas dessas organizações, que não dispõem de personalidade jurídica ou reconhecimento legal, desempenham satisfatoriamente diversas atividades de maneira *informal*, como base no alto nível de confiança e comprometimento existente entre os seus membros.

Outro entendimento da sociedade civil, apresentado por Habermas abordado na seção anterior, é de que a mesma se configura como uma esfera de ação periférica em comparação ao Estado que, juntamente com o parlamento, os partidos, as eleições e o poder judiciário estariam no centro do poder e da atividade política. Mesmo assim, olhando noutra perspectiva, esta divisão não envolveria necessariamente uma subordinação da sociedade civil ao Estado, mas antes uma relação dinâmica de intercâmbio, conflitos e interdependência entre ambas as partes.

No entanto, no caso guineense, o que se verifica de maneira recorrente é que as decisões sobre as políticas públicas que afetam diretamente os cidadãos são tomados sem participação ou consulta pública, sem que a voz da sociedade civil seja ouvida e levada em conta. Como salienta Teixeira (2009), no que diz respeito a categorização das OSC na Guiné-Bissau. Teixeira se preocupou em saber em quais formas ou moldes esses grupos (organizações tradicionais na Guiné-Bissau) podem ou não integrar a uma sociedade civil.

Teixeira recorreu a teoria gramsciana da sociedade civil e as obras de Cohen e Arato (2000), como sendo uma teoria que amplia a possibilidade de abertura a

“confrontos e disputas políticas e ideológicas” dentro do espaço público. De acordo com esses autores (GRAMSCI, 1991; ARATO (2000), ao analisarem a sociedade civil como um espaço de constantes lutas e conflitos e, ressaltam ainda a importância de “diversos agentes da sociedade civil”. Esses unidos por um conjunto de valores, de coesão social e de solidariedade, valores que, segundo Teixeira, são construídas dentro das práticas de vivência dos movimentos, sem ter que desconsiderar as tendências e os conflitos inerentes aos próprios movimentos.

Preocupado com a categorização desses grupos, Teixeira se refere a questão da seguinte maneira, mostrando que,

[...] se esses grupos e categorias podem ou não integrar uma sociedade civil, uma vez que não estão subordinadas às regras do "Estado", do mercado capitalista e da divisão do trabalho, nos termos do paradigma ocidental, não há dúvida de que, mesmo não havendo uma sistematização de valores e visão do mundo no molde do conhecimento "racional" pautado na escrita, existe, nesses grupos, uma forma associativa e de solidariedade peculiar, em que a herança cultural recebida dos antepassados é continuamente difundida, readaptada e confrontada com a dinâmica de paradigmas aqui discutidos sobre a noção de sociedade civil. É preciso encontrar um conceito de sociedade civil que reconheça outras características associativas de integração e de mobilizações políticas, institucionalizadas ou não, tomando, assim, reconhecíveis outros valores culturais locais ou "tradicionais" (TEIXEIRA, 2009).

Esta mesma preocupação de Teixeira já foi crucial no avanço e ressignificações que o conceito sociedade civil vem carregando ao longo dos tempos no cenário internacional, que é a categorização das OSC. Embora, neste caso, o autor tenha se focado mais na realidade guineense ao levar em consideração o cenário histórico social e cultural do país, para no fim, classificar as OSC guineense dentro dos moldes que não deixam de lado as organizações tradicionais, não fugindo também do real sentido do conceito, mas abrindo possibilidades para a inserção de outras organizações que, no molde ocidental talvez não fariam parte.

A República da Guiné Bissau vive atualmente sob uma forte afronta à democracia e as suas instituições, numa situação de incerteza trazida à tona por certos políticos eleitos recentemente nas últimas eleições legislativas do país. Estes acabaram por se dividir em dois grupos: um formado pelo PAIGC e alguns partidos aliados, e outro formado pelo partido no poder, o MADEM-G15¹² e respectivos aliados.

¹² "Movimento de Alternância Democrática (MADEM-G15), partido fundado por 15 deputados expulsos de PAIGC. Atualmente conta com 27 deputados eleitos na última legislativa, tornando-se a segunda maior força política da Guiné-Bissau. Para maiores informações, cf. <https://www.dw.com/pt->

Os dois blocos operam de maneiras opostas. O PAIGC, que tinha saído das eleições como vencedor, acabou não tendo o privilégio de governar, por não reunir uma maioria no parlamento; já o MADEM-G15, por seu lado, conseguiu criar uma aliança que lhe permitiu ascender ao governo.

Recentemente (2022) o Presidente da República decretou a dissolução do parlamento do país, alegando que a instituição tem protegido indivíduos que estariam sendo investigados pela justiça por problemas de corrupção e que usariam o mandato para não responderem por seus crimes, ao invocarem o princípio constitucional da imunidade parlamentar.

Esse é apenas mais um episódio que ilustra a constante instabilidade política do país. Foi o segundo governo dissolvido desde a legislatura de 2019. Da primeira vez, o Presidente da República só desfez e reformou o gabinete ministerial, mas manteve o parlamento intacto. Na segunda vez, o presidente dissolveu o parlamento, formando um outro governo caracterizado como “governo de iniciativa presidencial”. Ocorre que, mesmo tratando-se de um país supostamente democrático e semipresidencialista, decisões deste tipo deveriam partir da própria assembleia e não o contrário, deixando ainda mais nítida a postura de “autoritarismo” por parte do atual Presidente da República guineense.

Quando se tem uma democracia do tipo (democracia guineense), parece ser um modelo atípico, é uma democracia que funciona como descrito acima, em que o respeito pelas normas e/ou regras do jogo parecem valer somente nas escolhas dos dirigentes, i.e., somente nas eleições. Pois depois disso, o que se assistiu sempre foi um modelo autoritário de governo travestido de democracia, onde as eleições servem apenas como um instrumento utilizado pelos políticos para se chegar ao poder.

Independentemente da atual situação sócio-política que o país se encontra é necessário um esforço, tanto por parte da sociedade civil e quanto da sociedade política no fortalecimento das instituições democráticas e como também do respeito pelas normas do seu funcionamento. Deste modo, garantindo o normal funcionamento dos governos e, manter um clima que permita a alternância do poder por parte da sociedade política sem que sejam interrompidas durante os seus mandatos dos dirigentes.

A sociedade civil guineense tem se empenhado muito em encontrar soluções que possam ajudar na descentralização dos poderes e como também das políticas públicas, fazendo chegar a presença do estado em todo o território nacional através de associações de moradores, associações de filhos e amigos de diferentes comunidades e as diferentes associações de guineenses na diáspora que contribuem de maneira direta ou indireta no desenvolvimento socioeconômico do país. São várias ações voluntárias por parte da sociedade civil em encontrar saídas para a atual situação.

Após o debate sobre sociedade civil guineense o que se verificou é que a sociedade civil sempre existiu e (ré) existiu na Guiné-Bissau, desde a *invasão* colonial portuguesa até os dias presentes, a sociedade guineense vê nas organizações tradicionais local um lugar aberto e de participação cidadã. No entanto, essas organizações foram fundamentais nos diferentes processos de emancipação no país. A forma de atuar destas organizações se difere das organizações instituídas, elas agem na *informalidade*, mas suas ações sempre impactam na sociedade mesmo não sendo organizações *formais* elas possuem êxitos na conscientização da população guineense e servem como espaços de exercícios da cidadania. Para um estudo sobre sociedade civil na Guiné-Bissau é necessário incluir estas organizações como organizações de sociedade civil.

4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Nesta sessão nos reservamos a tratar mais sobre as ONGs, começando pelo surgimento delas no país, buscando definir o conceito de uma forma especificamente guineense, do que analisar e descrever como elas operam no país. Outros assuntos como associações comunitárias podem aparecer no decorrer do texto, mas serão tratados a partir da questão principal, no caso as ONGs. Portanto, nesta viagem com o leitor, seremos acompanhados por autores que já debateram esse assunto, embora seja em contextos diferentes, mas nos servirão de guia para o debate que propomos apresentar nesta parte do trabalho.

De acordo com Fernandes (1994) é de que,

O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num “terceiro setor”. Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se com nitidez na ideia do privado com funções públicas. São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos (FERNANDES, 1994).

Os estudos sobre as ONGs, tanto na Guiné-Bissau, quanto noutros países, como o Brasil, tiveram maior impulso ao longo da década de 1990. Segundo Teixeira (2000), esses estudos começaram a ganhar notoriedade, no caso brasileiro, principalmente depois da ECO-92, nomeadamente, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Foi a partir daí que o país se familiarizou mais com o termo e o tema ONGs. Desde então, a expansão destas organizações, e dos estudos a seu respeito, vem ganhando mais força na sociedade brasileira. De acordo com a autora,

Houve realinhamento dos recursos, favorecendo a África e a Europa do Leste e reduzindo o apoio à América Latina. Com isso, diminui o número de organizações apoiadas no Brasil e aumentou o rigor na seleção de novas organizações beneficiárias. Quando os recursos não foram transferidos para outros países, eles foram remanejados para temas específicos e regiões privilegiadas, com maiores exigências em questões de eficiência organizacional e desenvolvimento institucional, especialmente nas áreas de planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e ‘accountability’. As agências, pressionadas em seus países sobre o destino dos recursos, passaram a exigir que as organizações financiadas formassem nos seus projetos os resultados esperados de maneira mensurável, concreta e explícita, a fim de que pudesse ser observado o impacto social daquela ação. Como consequência, organizações no Brasil que eram próximas e cooperavam entre si passaram a se relacionar de uma forma competitiva (TEIXEIRA, 2000).

Esse período foi de momento em que os países africanos, na sua grande parte, aderiram ao regime democrático. Nos referimos aqui aos finais da década de 1980 a

início da década de 1990. Foi o momento em que o crescimento das ONGs nesses países disparou, e como havia muita necessidade de atuação das ONGs no momento em que esses países africanos buscavam consolidar as suas democracias era preciso também seguir com os condicionamentos advindos dos organismos internacionais de fomento a atuação destas ONGs.

Na Guiné-Bissau, a história não seria diferente, pois na mesma época que ocorria esse fenômeno no Brasil, o mesmo também se manifestava na Guiné-Bissau. Porém, neste caso, o surgimento das ONGs não teve tanta atenção nas mídias, não havendo registros significativos sobre sua emergência e desenvolvimento na Guiné-Bissau. Portanto, mesmo tendo acontecido na mesma época em que ocorria no Brasil, na Guiné-Bissau essa rápida expansão das ONGs não foi acompanhada e analisada na mesma proporção que ocorreu no Brasil.

Essa falta de documentação e acompanhamento do surgimento das ONGs carrega outros questionamentos que, talvez, a delimitação deste estudo não consiga debater de maneira aprofundada. Certamente o principal obstáculo para encontrar estudos e informações gerais (como notícias dos jornais da época) sobre as ONGs foi o conflito político e militar de 1998 que assolou o país, resultando na perda de vários registros sobre o assunto até então conservados, tanto nas mídias e quanto na esfera acadêmica. Outro fator que também poderia ser mencionado é o atraso na criação de universidades no país, levando a uma preocupação tardia com os estudos sobre as ONGs atuantes na Guiné Bissau.

Lebon (1998) aponta três fatores para a queda dos recursos destinadas as ONGs brasileiras. Segundo o autor,

[...], mudanças geopolíticas que levaram a Europa a voltar-se para o Leste Europeu, após a queda do muro de Berlim, e para a África, quando um grande contingente de migrantes africanos se deslocou para o continente europeu. Em segundo lugar, [...], o choque do Plano Real, que fez com que o valor dos dólares enviados e convertidos em reais fosse reduzido. Em terceiro lugar, mudanças culturais, como a percepção de que todos têm direitos ao lazer e a convivência familiar fizeram com que parte dos europeus se preocupassem com a maior profissionalização e o melhor aproveitamento do tempo no horário de trabalho. Segundo Lebon, esta nova lógica seria também exigida para as ONGs que recebiam os recursos (LEBON, 1998 *apud* TEIXEIRA, 2000).

Sobre esta discussão vale mencionar outros fatores que podem ser cruciais na falta de dados sobre o surgimento das ONGs e seu desenvolvimento no âmbito nacional. Atualmente existem estudos incipientes sobre ONGs na Guiné-Bissau, mas ainda não tanto quanto o volume de publicações sobre este tema que se observa no

Brasil. Vale lembrar que, a intenção aqui não é de trazer um estudo comparativo entre os dois países, mas sim, de mostrar como foi esse processo no Brasil e na Guiné-Bissau.

No Brasil, 75,9% das ONGs pesquisadas no ano de 1993 ligadas a ABONG eram mantidas com recursos que vinham de agências de cooperação internacional. Contam com ONGs estrangeiras que financiavam as suas atividades no país. Como salienta a autora, estes organismos viam nas ONGs brasileiras, durante as décadas de 70 e 80, como uma via suplementar ou até alternativa em busca de “democratização na região” (TEIXEIRA, 2000). Para a autora, com a “consolidação da democracia” no Brasil, muitos organismos deixaram de financiar os projetos que financiavam no Brasil por alegarem ter cumprido a meta que era a consolidação, no entanto, esses organismos voltaram mais suas atenções aos países africanos que já estavam a implementar a democracia.

Poderia ser essa a questão da proliferação das ONGs na Guiné-Bissau? Ou seria a abertura democrática somente que tenha desencadeado o crescimento de ONGs no país? Até um certo ponto pode-se dizer que estas duas condições mencionadas motivaram no crescimento das ONGs, mas há outros fator condicionantes que o acompanharam na época. A destacar: a própria luta da sociedade guineense, em especial, os movimentos sociais que funcionavam na clandestinidade a lutarem para a implementação da democracia, a sociedade guineense já estava a pressionar para que haja esse avanço no sentido de haver mais espaços de participação da sociedade civil no destino do país.

De acordo com Lebon (1998),

[...]. Cooperação internacional passou a exigir que a sociedade civil tomasse proposições construtivas em relação às autoridades públicas. Não acreditando mais na capacidade dos governos em atender as demandas sociais, as agências de cooperação e especialmente as agências multilaterais, como o Banco Mundial, passam a incentivar largamente a aproximação entre ONGs ou organizações de base e o Estado. [...] (TEIXEIRA, 2000).

A situação em que a Guiné-Bissau se encontrava era muito preocupante para as populações, era um momento que se tinha saído de um golpe de Estado e mal o governo conseguia sustentar o próprio aparelho estatal, tanto político e quanto econômico. Muitos desses movimentos, ao entrarem no regime democrático se registraram como ONGs e passaram a beneficiar deste estatuto no país.

Esse fenômeno que ocorreu na Guiné-Bissau, ainda é muito recorrente, pois o Estado não dispõe de condições financeiras para suportar a atuação das ONGs. No entanto, as ONGs guineenses têm empenhado muito manter esses acordos de parcerias com diferentes ONGs a nível internacional e como também das parcerias de agências de fomento filiadas à ONU.

De acordo com Perez (2016), as ONGs hoje em dia são vistas como sinônimo da sociedade civil, mesmo que, nos espaços de discussão, ainda se utilize o termo sociedade civil para se referir a vários tipos de organizações não estatais. Para a autora,

[...] um tipo de organização passou a ser utilizada como sinônimo de sociedade civil: as Organizações Não Governamentais. As ONGs em sua origem reivindicavam a concretização e ampliação de direitos. Depois da década de 1990 as ONGs passaram principalmente a executar políticas públicas junto ao Estado. A presença desse tipo de organização passou a ser tão grande nos espaços de discussão e no campo da militância que ONG virou sinônimo de sociedade civil (PEREZ, 2016).

A situação descrita acima também pode ser observada na Guiné-Bissau. Lá também, quando se pensa em sociedade civil ou em Organizações da Sociedade Civil (OSC) sempre se colocam as ONGs como sinônimo da sociedade civil. Não se leva em consideração as diferentes ramificações que esse campo carrega, incluindo formas locais de auto-organização e cooperação de atores sociais que visam assegurar e ampliar os direitos dos cidadãos. A seguir, será desenvolvido um debate sobre as ONGs na Guiné-Bissau.

4.1 As ONGs na Guiné-Bissau

Pode-se dizer que os estudos sobre as OSC na Guiné-Bissau são recentes, isso porque, os primeiros estudos sobre o tema no país começaram na década de 1990. Até então, esse assunto não era uma preocupação central para os pesquisadores das ciências sócias, cujos estudos se focalizavam, sobretudo, em temas como transições e mudanças de regime político no país. TEIXEIRA (2009) é um dos autores que atualmente tem vários estudos sobre as relações entre Estado e sociedade civil, tanto na Guiné-Bissau e quanto em Cabo-verde.

Escolhemos como principais autores: FERNANDES (1994), KOUDAWO & MENDY (1996), CAMPOS & DJASSI (2013) para falar das Organizações Não

Governamentais (ONGs). Pois essas organizações têm um papel hoje importante, embora passível de questionamentos como em toda a sociedade.

As Organizações Não Governamentais (ONGs), segundo Fernandes (1994), são instituições decorrentes da iniciativa privada de indivíduos e grupos, que não visam fins lucrativos. Portanto, qualquer receita obtida por estas instituições devem ser reinvestida nas atividades da organização e a distribuição dos valores arrecadados não deve ser dar entre os membros, i.e.: os “lucros” advindos das atividades das ONGs não devem ser repartidos entre os seus membros ou o corpo diretivo, mas antes ser reinvestidos em suas respectivas *atividades-fim*.

O autor ainda salienta que, para os diretores das ONGs, não deve haver remuneração em forma de salários, pois todo o capital que uma ONG acumula não pode ser convertido em patrimônio dos seus diretores. Porém, as ONGs mesmo sendo iniciativas de cunho não estatal, desenvolvem atividades de interesse público.

As mudanças na forma como as organizações não governamentais atuam na Guiné-Bissau se deve muito ao fato de que as necessidades básicas como saúde, educação e segurança alimentar, que deveriam ser da responsabilidade do Estado, acabam excluindo boa parte da população mais pobre, especialmente as comunidades rurais que raramente são beneficiadas por políticas públicas.

Perez (2016), assinala que,

Embora com divergências teóricas, o conceito sociedade civil foi apropriado pelos estudos, legislações e fala dos militantes no Brasil como sinônimo de organizações que não fazem parte do Estado e que atuam com questões sociais. Inclusive, nas legislações e no cotidiano dos espaços de discussão de políticas públicas a categoria legal/política ‘sociedade civil’ inclui organizações com formatos bastante distintos: Organizações Não Governamentais (ONGs), associações profissionais, organizações prestadoras de serviços, etc. (PEREZ, 2016).

Com isso, surgem as associações dos moradores que buscam parcerias de cooperação com ONGs atuantes em diversas áreas de interesse comum, para a capacitação dos membros da associação, atuando conjuntamente também nos trabalhos que as ONGs realizam voluntariamente nas respectivas comunidades.

As associações dos moradores das comunidades, mesmo sendo pequenas, buscam trabalhar de forma a garantir a eficácia na distribuição dos recursos e na efetivação dos projetos ali desenvolvidos, agindo como supervisoras ou fiscais das ONGs. Esta maneira de agir dos moradores acaba facilitando também a vida das ONGs nas comunidades, com a ciência de que irão contar com a participação da

própria comunidade na efetivação das suas ações. Portanto, existe uma relação de cooperação mútua entre ambas nesse sentido.

Diante da ineficácia do estado em promover políticas públicas abrangentes, que proporcionem melhores condições de vida ao conjunto da população, o desenvolvimento das comunidades carentes acaba por ficar nas mãos das ONGs e associações comunitárias. Essas organizações se sentem no dever de suprir o vazio deixado pelo estado, buscando desenvolver atividades em diversas frentes, tais como projetos de educação ou de segurança alimentar, com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM) da ONU.

Cabe ressaltar, também, que na Guiné-Bissau existem ONGs que têm suas atividades voltadas à preservação do meio ambiente, atuando em diferentes regiões do país com intuito de sensibilizar a sociedade e de denunciar supostas irregularidades que ocorrem no país neste campo. Nesse grupo de ONGs, merece destaque a Geração Nova de Tiniguena (GNT), uma filial da ONG Tiniguena de Bissau. Uma organização cada vez mais atuante no país, responsável pela formação de jovens líderes emergentes que hoje ocupam lugares de relevância nas decisões nacionais. Trata-se de uma organização que promove o recrutamento e a formação continuada de lideranças, fomentando o associativismo nas comunidades onde atua.

As atividades realizadas pela GNT sempre contam com a participação das associações de moradores, grupos musicais, principalmente as mandjuandades e os músicos de nova geração (de diversos gêneros musicais), tanto na sensibilização, quanto na denúncia de supostas irregularidades. A juventude guineense encontra nas associações um espaço de crescimento político, tanto que, a grande parte dos políticos do país são provenientes de associações de moradores ou até das ONGs como GNT.

Estas ações, que costumam mobilizar um grande público, especialmente entre os jovens, não se centralizam somente na cidade de Bissau (a capital), difundindo-se também noutras regiões que compõem o país. As iniciativas da GNT abrangem diversas áreas, como promoção da saúde, da educação cívica ou proteção e preservação do meio ambiente, demonstrando o seu comprometimento com as causas sociais do país. Assim, costumam entrar na sua agenda temas tão diversos como o enfrentamento das mudanças climáticas ou a prevenção e o controle de doenças sexualmente transmissíveis.

Ultimamente, desde o último golpe de estado ocorrido no país 12 de abril de 2012, que contou com a anulação dos resultados das eleições do mesmo ano e, conseqüentemente, afastamento do cargo do presidente da república o então Presidente (interino) Raimundo Pereira. Desse período até o momento atual, as ONGs guineense têm se juntado muito em busca de parcerias e como também de promoção de espaços de debate entre diferentes ONGs que atuam no país.

Não que as ONGs só tenham pensado nesta ideia de aproximação no seu campo somente agora, mas sim, de ser um dos momentos em que as ONGs enfrentaram problemas de financiamentos já que o Estado não financia as ONGs para as suas atuações, elas dependem muito dos financiamentos de organismos internacionais e, as vezes parcerias com ONGs de outros países que mantinham cooperações com as ONGs guineense que com o golpe de estado de 12 de abril de 2012 tiveram que suspender suas atividades no país e muitas ONGs não conseguiram levar em diante os seus projetos.

O mais recente acontecimento que marca essa união entre as ONGS guineense é a 3ª Conferência das ONGs no país, realizada em Bissau de 18 a 20 de outubro de 2017, sob o lema: “Renovar o compromisso com a Guiné-Bissau”. Desta conferencia participaram 68 ONGs de diferentes áreas de atuação na sociedade, dos documentos produzidos desta conferencia dão conta que, estas organizações estão empenhadas em encontrar soluções nas questões que envolvem a governança¹³ e o andamento da democracia¹⁴. Elas reforçam a ideia da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento do país.

¹³ No que concerne à liderança e governação das ONGs Defendemos a concertação e o fortalecimento coletivo das ONGs, com atenção particular para o aprofundamento das práticas democráticas no seio das nossas organizações, para a atualização do quadro legal que rege as ONGs, assim como para a criação de condições favoráveis à fixação dos quadros e técnicos das ONGs (ONGs, Guiné-Bissau, 2017).

¹⁴ “Defendemos o Estado do Direito, a promoção de uma cultura da Paz e do Diálogo com as instituições do Estado e demais atores relevantes da sociedade guineense” (ONGs, Guiné-Bissau, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao debate apresentado neste trabalho, pode-se concluir que a democracia é um processo em constante evolução; um processo inacabado que requer mudanças constantes para sua consolidação. Por outro lado, somente a consolidação da democracia vai permitir à sociedade civil organizada ter uma participação que não seja limitada à escolha eleitoral dos seus representantes (governos), mas antes envolva uma participação mais ativa no que diz respeito a desenvolvimento social e cultural do país. Uma participação não apenas na efetivação das políticas públicas, como também na definição dos destinos do país, ao mobilizar os atores por meio de debates nas rádios, manifestações e outros meios que a sociedade tem ao seu dispor. Todas as teorias apresentadas neste trabalho sobre sociedade civil e estado, apresentam limitações para a classificação das OSC. Tanto na teoria gramsciana, quanto na teoria habermasiana, a classificação do que seriam organizações de sociedade civil no sentido literal do termo em si, ou é ampla demais para atender a todos os tipos de organizações ou é demasiado limitada para abarcar toda a diversidade que esse campo carrega.

Portanto, para a classificação das mandjuandades como OSC na Guiné-Bissau, o estudo levou em consideração três momentos: primeiro, durante a época do colonialismo que foi o momento em que, esses grupos funcionavam na clandestinidade por não haver abertura de espaços para a sua participação. E, como eram vistos pelos colonizadores como simples grupos musicais, as mandjuandades não assinalavam uma ameaça ao poder colonial; por isso, elas conseguiram se manter durante esse período. Grande parte dos estudos sobre sociedade civil na África tem tratado estas organizações como movimentos sociais, cuja categorização não se configura como OSC.

No segundo momento, que vai da independência nacional até a abertura democrática, esses movimentos tiveram um certo avanço, que não durou muito tempo. Mesmo porque, diferentemente do que ocorreu na época colonial, no período pós-independência o partido único, tornando-se hegemônico, silenciou a sociedade civil no seu todo e monopolizou o controle do poder político e do aparato administrativo do estado, não havendo espaços para debates e nem disputas entre a sociedade civil e o Estado guineense. No entanto, estas formas culturais de cooperação social

continuaram a operar na clandestinidade. Como não havia liberdade de expressão, nem tampouco a garantia dos direitos do cidadão, esses movimentos continuavam a mobilizar-se no interior da sociedade guineense. Assim, mesmo que a abertura democrática não tenha sido feita no país por contestações abertas da sociedade civil, através de manifestações públicas, o Estado guineense já se sentia ameaçado com o crescimento que alguns movimentos estavam a ter no país. Podemos citar os casos de PRS e RGB (Movimento BAFATA), que já sentiam que se aproximava do momento de abertura democrática no país, logo se prepararam para as primeiras eleições do país.

O terceiro período abrange os momentos de democratização política no país. Nesse período observamos uma sociedade civil muito mais participativa e engajada nas diferentes causas sociais. Essa ramificação de entidades resultou na fragmentação que se vê nos dias de hoje entre diferentes organizações, cada vez mais especializadas, seja em termos temáticos ou territoriais, que compõem a sociedade civil no país. Esse foi o período que Teixeira (2000) caracteriza como favoritismo africano, quando os organismos internacionais redirecionaram boa parte dos recursos destinados ao financiamento de projetos de desenvolvimento da América Latina para a África. Foi justamente neste momento que se notou o maior crescimento das OSC, em especial as ONGs que disputavam os recursos financeiros disponibilizados por organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI.

Nesse processo caótico de desenvolvimento da sociedade civil guineense, envolvendo avanços e recuos ao longa da história do país, observa-se uma ampla variedade de formas culturais de cooperação social entre as diferentes etnias e comunidades locais, como as *mandjuedades*, que não fogem aos modelos teóricos principais desta categoria (a sociedade civil), geralmente focalizados nas entidades formalmente organizadas reconhecidas pelo Estado.

Para compreender melhor a atuação das organizações de sociedade civil na Guiné-Bissau seria preciso um trabalho de fôlego que não pude fazer, envolvendo não apenas um estudo de caso aprofundado com alguma organização da sociedade civil de determinada região ou setor, mas antes um mapeamento mais amplo das organizações existentes, incluindo tanto as organizações tradicionais informais, quanto as entidades institucionalizadas e reconhecidas nos cartórios. Sem levar em conta as formas tradicionais de cooperação social existentes na Guiné-Bissau, como

as mandjuandades, não se pode traçar um panorama do alcance e da diversidade da sociedade civil guineense.

Por outro lado, os estudos aqui desenvolvidos demonstram que não se pode mapear e analisar a evolução da sociedade civil na Guiné-Bissau sem analisar concomitantemente do processo de democratização do país, uma vez que os avanços e recuos na democracia determinam o alcance da atuação das ONGs que dependem largamente de financiamentos obtidos no exterior.

Constatou-se que, as constantes quedas dos governos não facilitam a efetivação de políticas públicas e muito menos a atuação das organizações da sociedade civil na execução de suas atividades nas comunidades rurais. No entanto, é preciso que haja estabilidade política, respeito pela democracia e também pelas instituições do Estado que possam garantir a continuidade das políticas públicas e de projetos de desenvolvimento neste país. Como apresentado nos objetivos deste trabalho, comprometo-me a retomar esse debate e ampliá-lo noutra projeto de pesquisa, preferencialmente no âmbito de um doutorado acadêmico, em que eu disponha de mais tempo e também de meios adequados para realizar uma pesquisa de campo no meu país.

REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, J. (2008). “**Robert Dahl e o dilema da igualdade na democracia moderna**”. *Análise Social*, vol XLIII (1º), pp. 159-180.
- BOBBIO, N. (1993a). *Teoría general del derecho*. Madrid: Debate. [Link].
- BOBBIO, N. **Qual democracia?** Organização de Mário Bussi e tradução de Marcelo Perine. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.
- DAHL, R. (2005). **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- FARIA, C. F. (2000) “**Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**”. Lua Nova, nº 50, São Paulo, pp. 47-68.
- FERNANDES, R. C. (1994). **Privado porém público: O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- FISCHER, Rosa Maria; BOSE, Monica. **Tendências para a Gestão de Pessoas em Organizações de Terceiro Setor**. Assembléia Anual del Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración - CLADEA, 2005, Santiago do Chile. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://www.barbierieferreira.com.br/> acessado em 20 de maio de 2022.
- FRASER, N. (1990). “**Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**”. *Social Text*, nº 25/26, pp. 56-80.
- KOUDAWO, Fafali. 1996. **Sociedade civil e transição pluralista na GuinéBissau**. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter (coord.). Pluralismo político na Guiné-Bissau. Guiné-Bissau: Nova gráfica. p. 67-120.
- LUBENOW, J. A. (2007). “**A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica**”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 10, pp. 103- 123.
- MANIN, B. (2010). “**O Princípio da Distinção**”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4.5.

MIGUEL, L. F. (2002). **A Democracia Domesticada: “As Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo”**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol 45, nº3, pp. 483-511.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, Agência e Estado. Teoria com intenção comparativa**. São Paulo, 2010. Paz e Terra Editora.

PEREZ, O. **Qual sociedade civil? Dificuldades e propostas para as pesquisas sobre sociedade civil**. In: MENEZES, M.; JOHAS, B.; PEREZ, O. (org.). *Instituições políticas e sociedade civil*. Teresina, UFPI, 2016.

PRZEWORSKI, Adam. **La democracia como resultado contingente de conflictos**. In: ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune (Eds.). *Constitucionalismo y democracia*, 1999.

SCHUMPETER, J. (1961). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Capítulos 20 e 21.

SILVA, Daniel Neves. **"Conferência de Berlim"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/conferencia-berlim.htm> Acesso em 01 de agosto de 2022.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização**. Campinas, SP[S.N.], 2000.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau**. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 15, p. 161-180, mar. 2014. ISSN 2317-5427. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235327/28320> Acesso em: 17 jun. 2022.

TIRELLI, C.; AGOSTINI, C. (2015). **Sociedade civil, instâncias participativas e desenvolvimento: o caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul**. *Redes*, 20(3), 284-302.

TRINDADE, Casimiro Catarina. **Xitique: um modelo moçambicano de poupança e crédito rotativo**. São Paulo. 2013. Disponível em: <http://economiadia-a-dia.blogspot.com.br/2013/08/xitique-um-modelo-mocambicano-de.html> acesso em: 20/07/17.

UNDP. **Fortalecimento da Capacidade e dos Mecanismos de Coordenação das Organizações da Sociedade Civil para Atingir os ODM**. Bissau: UNDP. 2009.

YOUNG, I. M. (2014). **“Desafios ativistas à democracia deliberativa”**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* (13).

ZEVERINO, G. J. **O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)**. Lisboa: IPAD. 2003.

ANEXO I

ONGs PARTICIPANTES DA 3ª CONFERÊNCIA DE ONGs (GUINÉ-BISSAU)

ACE – ONGD, Portugal

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, Portugal

AD - Ação para o Desenvolvimento, Guiné-Bissau

ADIM Associação de Desenvolvimento Integrado das Mulheres, Guiné-Bissau

ADPP GB - Ajuda ao Desenvolvimento de Povo para Povo, Guiné-Bissau

AGRICE - Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos, Guiné-Bissau

AIDA - Ayuda, Intercambio y Desarrollo, Espanha

AIFO - Associazione Italiana Amici di Raoul Follereau, Itália

ALTERNAG - Associação Guineense de Estudos e Alternativas, Guiné-Bissau

AMAE - Confederação das Associações das Mulheres na Actividade Económica, Guiné-Bissau

AMI - Fundação Assistência Médica Internacional, Portugal

AMIC - Associação dos Amigos das Crianças, Guiné-Bissau

ANADEC - Associação Nacional para o Desenvolvimento Comunitário, Guiné-Bissau

ANCOPF/GB - Associação Nacional para o Combate à Pobreza e Fome na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

AQUALEICA - Associação de Quadros Leigos Católicos, Guiné-Bissau

AS Asas de Socorro, Guiné-Bissau

ASAD - Asociacion Solidaria Andaluza de Desarrollo, Espanha

CABAZ DI TERRA, Guiné-Bissau

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, Portugal

CODEDIC GB - Coligação das Organizações de Defesa dos Direitos das Crianças na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

COMINCA - Cooperativa Mindjer Carrus, Guiné-Bissau

CPGB - Comité Paralímpico da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

DIVUTEC - Associação Guineense de Estudos e Divulgação de Tecnologias Apropriadas, Guiné-Bissau

EDEC - Estrutura para o Desenvolvimento da Educação Comunitária, Guiné-Bissau

ENGIM - Ente Nazionale Giuseppini del Murialdo, Itália

ESSOR - Associação de Solidariedade Internacional, França

FACOLSIDA GB - Fórum das Associações Comunitárias de Luta contra Sida da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

FADPD-GB - Federação das Associações de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Guiné-Bissau

FEC - Fundação Fé e Cooperação, Portugal

GAECA/ PALMEIRINHA - Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental, Guiné-Bissau

UIARROZ Guiarroz, Guiné-Bissau

HANDICAP INTERNATIONAL, França

IMVF - Instituto Marques de Valle Flôr, Portugal

INTER PARES - Inter-Pares, Canadá

IPAV - Instituto Padre António Vieira, Portugal

KAFO - Federação Camponesa, Guiné-Bissau

LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos, Guiné-Bissau

LVIA - Associação Internacional de Voluntários Leigos, Itália

MANITESE, Itália

MONTE-ACE - Desenvolvimento Alentejo Central, Portugal

NADEL - Associação Nacional para o Desenvolvimento Local Urbano, Guiné-Bissau

NUNATIS - Nacional dos Técnicos de Intervenção Social, Guiné-Bissau

ODZH - Organização para Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas, Guiné-Bissau

OGD - Organização Guineense de Desenvolvimento, Guiné-Bissau

OKANTO - Guiné-Bissau ONG AMBA Associação das Mulheres do Bairro de Belém, Guiné-Bissau

ONGD VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano, Portugal

PAMOJA GB - Rede Nacional dos Intervenientes no Sector de Alfabetização e Educação não Formal, Guiné-Bissau

PIGNB - Plan International Guiné-Bissau, Inglaterra

PONGAB GABU - Plataforma das ONGs e Associações de Base/Gabú, Guiné-Bissau

PONGAB - Plataforma das ONGs e Associações de Base/Bafatá, Guiné-Bissau

PPM-GB - Plataforma Política das Mulheres da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

PRÓ-BOLAMA - Associação para o Desenvolvimento de Bolama, Guiné-Bissau

PROCIVICUS GB - Rede de Intervenção Local das Organizações da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

REMPSECAO - Rede Paz e Segurança das Mulheres da CEDEAO, Guiné-Bissau

RENAJ - Rede Nacional das Associações Juvenis, Guiné-Bissau

RENARC - Rede Nacional de Rádios e Televisões Comunitárias, Guiné-Bissau

RENLUV GC/GB - Rede Nacional de Luta Contra Violência Baseada no Género e Criança na Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

RESSAN-GB - Rede para a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau

RNMT/UNTG - Rede Nacional das Mulheres Trabalhadoras da UNTG, Guiné-Bissau

SMN Senim Mira Nassequê, Guiné-Bissau

SOL MANSI ONLUS, Guiné-Bissau

TCHINTCHOR - Promover a Guiné-Bissau Positiva, Guiné-Bissau

TINIGUENA - Tiniguena, Esta Terra é Nossa, Guiné-Bissau

UMDEMOV - União Nacional dos Deficientes Motores e Vítimas de Guerra, Guiné-Bissau
VAC - Guiné-Bissau

VOZ DI PAZ - Iniciativa para Consolidação da Paz, Guiné-Bissau

WFD - Welt Friedens Dienst, Alemanha